



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/11/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Boa tarde a todos. Com a presença do Vereador Atilio Francisco e com a este Vereador na presidência, declaro abertos os trabalhos da trigésima quarta audiência pública e a oitava temática que esta Comissão realiza no ano de 2019 sobre o PL 647/19, do Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020”, sobre as seguintes rubricas orçamentárias: Secretaria Municipal de Habitação, Cohab, Fundo Municipal de Habitação e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Informo que o calendário das audiências públicas sobre o Orçamento 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 18/10, em dois jornais de grande circulação: no *O Estado de S.Paulo*, nos dias 17, 23 e 31/10 e nos dias 5, 13 e 19/11, e na *Folha de S. Paulo*, nos dias 18 e 24/10 e 1º, 6, 14 e 20/11, além de ter sido disponibilizado o calendário no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda.

Informo também que as demandas poderão ser apresentadas por meio de formulários, que poderão ser retirados na secretaria da Comissão, do nosso lado direito ou no endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/Orcamento2020, no link Dê Sua Sugestão.

Foram convidados para esta audiência pública o Secretário Municipal de Habitação, Sr. João Farias; o Diretor Presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab, Sr. Alexsandro Peixe Campos, e o Secretário Municipal da Pessoal com Deficiência, Sr. Cid Torquato. Dou boas- vindas a todas V.Exas. e os convido a comporem a Mesa.

Além disso, foi convidada a sociedade civil em geral e os Srs. Vereadores desta Casa.

Informo ainda que enviamos, a todas as Secretarias e subprefeituras constantes do calendário, ofício convidando-as para participarem de todas as audiências referentes ao PL647/19, Orçamento 2020.

As inscrições para pronunciamento deverão ser feitas com a secretaria da Comissão, à nossa direita. Além de apresentar a proposta e a demanda via microfone, as pessoas também deverão preencher uma ficha, que ficará de posse da secretaria, que

repassará ao Vereador Relator Atílio Francisco.

Se preferir, a pessoa poderá preencher a ficha e abrir mão da palavra, desde que a proposta ou a demanda esteja constando nela.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário do Orçamento da Secretaria da Fazenda.

Nós da Comissão de Finanças e Orçamento estamos realizando um total de 24 audiências públicas, sendo dez delas temáticas. Hoje o tema é habitação, Cohab e Secretaria da Pessoa com Deficiência, e, pela manhã, esteve aqui a Secretaria de Segurança Urbana. São 14 regionais no tratamento com as subprefeituras em diversos locais da Cidade, inclusive em dias de semana e à noite, e a sociedade poderá participar presencialmente ou contribuir apresentando suas demandas via *site* da Câmara Municipal de São Paulo, Orçamento 2020, no *link* Dê Sua Sugestão, que, posteriormente, serão enviadas para o Vereador Relator do projeto.

A dinâmica desta reunião consistirá, primeiramente, numa exposição inicial de cada Secretário por até de minutos, com uma tolerância caso precisem de mais tempo. Após a fala de S.Exas., a palavra será aberta ao público presente, até três minutos por pessoa, para questionamentos. Ao final dessas falas, a palavra será dada aos Srs. Vereadores presentes para perguntas e questionamentos. Ao final, haverá a resposta dos Secretários.

Pergunto ao Vereador Relator Atílio Francisco se deseja fazer uma saudação inicial.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento o Secretário João Farias, Secretaria Municipal de Habitação, em nome de quem cumprimento todos os demais Secretários.

Espero que tenhamos uma tarde produtiva; que as pessoas verdadeiramente apresentem propostas a fim de que eu apresente um relatório o mais rápido possível para votarmos o projeto em primeira e depois em segunda da melhor forma para o bem da nossa cidade.

Era só isso. Uma boa audiência pública para todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Atílio Francisco.

Passo a palavra ao Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Sr. Cid Torquato, para sua explanação inicial.

O SR. CID TORQUATO – Boa tarde ao Sr. Presidente Alessandro Guedes e a todos. É uma honra estar nesta Casa falando um pouco do trabalho que realizamos na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Para começar, precisamos entender um pouco mais sobre o papel da Secretaria da Pessoa com Deficiência. Nós somos uma Secretaria-meio e, em geral, não operamos, não temos ações próprias nem atendimento ao público, que é realizado pelas Secretarias-fim, como a da Saúde, a do Transporte, a da Assistência Social, a da Educação, etc.

Nosso papel é principalmente promover políticas, a agenda de acessibilidade, de direito às pessoas com deficiência nas outras Secretarias, mas acabamos, sim, operando alguns projetos específicos que, muitas vezes, não cabem às outras Secretarias.

Vocês verão agora o que faz a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.
(Pausa)

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CID TORQUATO – Nós somos o menor Orçamento da Prefeitura, a Secretaria da pessoa com Deficiência é o menor orçamento entre todas as pastas, mas temos um trabalho de gestão muito sério, muito efetivo e conseguimos fazer muita coisa com os recursos relativamente pequenos que nós temos. No ano de 2019 nós tivemos um orçamento nominal de 17 milhões e 477 e, na verdade, menos, o orçamento foi de 11 milhões e 477. Houve um erro da Fazenda e engordou a nossa folha em seis milhões, que tivemos que devolver, não usamos. O nosso orçado foi 11 milhões e 477 e nós vamos executar até o final de dezembro 12 milhões, 174 mil e 830, sendo que os números são esses e as rubricas de despesas são essas que vocês estão vendo na tela.

Para 2020 o Orçamento permanece basicamente o mesmo com os gastos também

alocados nas mesmas rubricas com vocês podem ver e, como eu disse, a gente com um orçamento pequeno faz muita coisa e queremos ampliar, se agente conseguisse ampliar um pouco o nosso orçamento, seria muito bom. Temos projetos que não conseguimos executar com esse orçamento atual e que a gente sabe que as outras Secretarias não vão atuar. Em outra ocasião eu posso detalhar quais seriam esses...eu mando sim.

Vamos para os projetos. Basicamente esse é o carro chefe da nossa Secretaria em termos de projeto. Como eu disse, nós atuamos muito na interlocução com outras pastas, então, por exemplo, o Plano Municipal de Calçadas, as calçadas vão começar a serem feitas agora e teve um grande papel da nossa Secretaria na concepção do Plano, nós temos agora um plano de rampas para calçadas até o final do ano que vem mais de três mil rampas em São Paulo, então são questões que nós atuamos, como na educação inclusiva, no transporte, mas não aparecemos. Na verdade o grande executor e agente é a própria pasta fim. Esse que aparecem na tela são projetos que nós tocamos dentro da Secretaria em parceria às vezes com outras Secretarias. Mas são projetos nossos.

Temos aí recentemente lançado um projeto que achamos que vai ter um grande impacto que é a paraoficina móvel, é uma oficina móvel para consertos de cadeiras de rodas, próteses, bengalas, andadores, muita gente recebe esses equipamentos do poder público e o equipamento quebra, ou perde um parafuso, estraga um velcro, fura um pneu, e a população de baixa renda não tem aonde levar, nem os recursos para fazer o conserto. Vamos rodar a cidade, fazendo esses consertos para a população que mais precisa. Essa van foi lançada na semana passada em parceria com a ACD, que é o grande nome da reabilitação em São Paulo.

Semana que vem vamos entregar para mais 250 alunos da rede municipal e 200 servidores tecnologia assistiva. Nós fizemos um estudo e tivemos uma reclamação de servidores e de alunos que não conseguem o que tem de fazer por falta de adequação do local de trabalho ou da existência de equipamentos apropriados para exercerem suas funções. Então, estamos dando para 250 alunos, num primeiro momento e 200 servidores aqueles equipamentos que eles precisam para cumprir o seu papel, para minimizar o efeito da

deficiência e maximizar as suas capacidades. Esse é um projeto para ganhar prêmio internacional, além de ir ao encontro da demanda da população.

Nós temos também o Contrata São Paulo para pessoas com deficiência e já intermediamos, via Contrata, a contratação de quase mil pessoas com deficiências por empresas. Fazemos grandes mutirões, tem sido um sucesso, inclusive, de mídia. Isso tem ajudado muito essa questão muito importante das pessoas com deficiência que é a empregabilidade. Temos um programa crescente na Prefeitura e que tem sido abraçado por empresas privadas, que é o programa de estagiários. É um programa transformador. As empresas não dão estágios para pessoas com deficiência e temos um programa na Prefeitura que tem dado estágio, por exemplo, a nossa Secretaria são 19 vagas de estágio, todas para jovens com deficiência. Vemos a transformação na vida dessas pessoas. O desafio agora é fazer com que toda a Prefeitura contrate até o final do ano que vem 180 estagiários com deficiência. Isso muda a vida das pessoas.

Temos poucos projetos, mas são transformadores. Inclusive está sendo instalado aqui na Câmara Municipal, é uma cortesia nossa, uma parceria, é a Central de Intermediação em Libras. Hoje, a pessoa surda, com deficiência auditiva que sabe libras pode ser atendida através de um aplicativo de vídeo chamada em qualquer equipamento da Prefeitura, da SPTrans até, eu digo no limite, no ginecologista. Ele vai, abre no seu próprio celular e tem lá, tanto o servidor municipal, como o surdo, os servidores também estão baixando aplicativos para esse tipo de demanda então a pessoa surda chega lá, não tem intérprete de libras, que é muito difícil ter intérprete em tudo que é lugar, então, por meio da tecnologia conseguimos ser pervasivos, estar em todos os lugares. Ele abre o *tablet*, o celular e por videochamada aparece um intérprete na tela e faz a intermediação do atendimento do munícipe em qualquer equipamento público municipal e nós estamos trazendo isso para Câmara Municipal também. Eu sei que vocês têm intérpretes, mas isso não substitui o intérprete, isso vem agregar um melhor atendimento à população surda que sabe libras.

Mais importante, recentemente fechamos de forma inédita com as quatro

operadoras e ninguém nunca no Brasil tinha fechado um projeto desses, com as quatro operadoras de uma vez só. Então, hoje, além de ser gratuito o serviço, a pessoa que usa não gasta pacote de dados, era uma reclamação. O surdo chegava e dizia que não podia pagar 100 megas do pacote de dados cada chamada, agora não custa mais nada.

Então, nós fizemos muita coisa para a população surda, entendendo que eles são muitas vezes, eles viram párias linguísticos dentro do seu próprio país. Ninguém fala a língua deles. Hoje em dia na Prefeitura de São Paulo o surdo vai para qualquer lugar e é atendido. Como a questão da deficiência é cultural, nós precisamos mudar a cabeça das pessoas para acabar de vez com o preconceito, para que a sensibilidade seja algo estrutural, uma parte muito importante é explorar a cultura. A gente muda a cabeça das pessoas ou forma via cultura.

O programa Cultura Inclusiva tem todos os meses mais ou menos 15 espetáculos em São Paulo com recursos de comunicação, de acessibilidade comunicacional, que são as libras, áudio descrição e legenda e com patrocínio do Itaú nós vamos buscar os grupos nas suas casas, nas suas entidades para levar para os espetáculos em São Paulo. Por exemplo, a Virada Cultural deste ano deve estar no *Guinness Book of Records* porque tiveram 80 espetáculos com recursos de acessibilidade comunicacional. Então, o surdo, o cego, hoje podem ir à rede de equipamentos culturais em São Paulo e ter esses recursos ao seu dispor.

Nós criamos também, nessa mesma linha, um festival para artista com deficiência. Sabe que tem muita gente com deficiência que é artista de primeira categoria, mas a gente não conhece porque o circuito cultural, os programadores convencionais não escalam esses artistas com deficiência por circuito promocional. Então, criamos um festival para mostrar a qualidade dos artistas com deficiência.

Outro programa que tem andado muito bem, inclusive, com o apoio da Câmara Municipal, é o dos parquinhos inclusivos. São Paulo até recentemente não tinha nenhum parquinho, agora, vamos entregar até o final do ano oito novos parquinhos inclusivos. É um parquinho onde crianças com e sem deficiência podem brincar juntas. Você tem um balanço

que a criança cadeirante pode balançar. São recursos para promover a inclusão das pessoas junto com as outras, ou seja, brincando junto, fazendo atividades com as outras. Contamos com a Casa, com os Vereadores, emendas para o ano que vem. Hoje em dia um parquinho desse, que é um parquinho mais robusto, é um parquinho com normas de segurança mais rígidas ele custa por volta de 80 mil reais, com instalação. Recebemos este ano várias emendas e nossa meta para o ano que vem é instalar mais 30 parquinhos. Contamos com os Vereadores para isso.

Nós temos dentro da Secretaria a CPA, que é a Comissão Permanente de Acessibilidade, que tem mais de vinte anos e é anterior à Secretaria. Ela já recebeu prêmios internacionais. Eu digo que a CPA é a guardiã da acessibilidade em São Paulo, principalmente, do ponto de vista arquitetônico. Tem um selo de acessibilidade arquitetônica e ela é um braço, atua como um braço do Ministério Público, que recebe muitas demandas, denúncias, sobre falta de acessibilidade e quando precisa de uma vistoria, de um parecer, ela busca a CPA para isso.

Lançamos no ano passado o selo de acessibilidade digital. Não existe no Brasil o selo, existia uma grande demanda do mercado de quem tem *site* principalmente pela questão legal. Hoje em dia por lei os *sites* de empresas e entidades, governos, são obrigados a serem acessíveis. Sem o nosso selo não existe outra forma de comprovar, averiguar se aquele *site* é acessível ou não. Atendemos uma demanda nacional, dentro da CPA, que a CPA tinha essas condições normativas e lançamos o selo.

Como eu disse, nós atuamos também na questão das calçadas de ônibus e a gente ajudou a criar duas linhas especiais com ônibus de piso baixo, com lugar para quatro cadeiras de rodas, a partir desse ano a SPTrans começa a introduzir o segundo lugar reservado para cadeiras de rodas nos ônibus. É um grande avanço, porque dois cadeirantes não podem sair juntos porque cada um tem que pegar um ônibus diferente.

Com o que nós estamos fazendo na gestão Bruno Covas, principalmente, e vamos deixar um marco nessa cidade. Nunca se investiu e mais do que investimento, nunca se deu

tanto valor e importância ao respeito à pessoa com deficiência. Tenho muito orgulho e respeito pelo papel do Secretário e quem acompanha as atividades da Prefeitura sabe que não só eu, mas a equipe inteira está todo o tempo na rua, fim de semana, nos mutirões, ou seja, visitando entidades, buscando essa interlocução sistemática com a sociedade civil. Apoiamos todos os eventos que acontecem, fazendo o papel de indutor. É muito difícil conseguir patrocínio para eventos sobre deficiências, então ajudamos todas as instituições sérias da Cidade, ou seja, tivemos duas gestões muito fracas em termos de Secretaria da Pessoa com Deficiência. Nessa gestão colocamos a Secretaria da Pessoa com Deficiência no lugar que ela tem de estar, que merece estar e que a população demanda nessa agenda da acessibilidade e direito das pessoas com deficiência.

Acho que o que eu tinha para falar é isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Cid Torquato.

Quero fazer um pedido de desculpas pela improvisação para que pudéssemos ouvi-lo. Dizer que nós devemos, enquanto Vereadores da Câmara Municipal, começar a partir daqui a propor condições mínimas para um apresentador, uma pessoa que vai falar com esse tipo de deficiência, ter então um microfone sem fio ou alguma coisa nesse sentido para facilitar. Vamos oficiar à Presidência da Câmara para que possamos nos adequar. Mas muito obrigado pela sua apresentação.

Quero agora anunciar a presença e convidar para Mesa o Deputado Estadual Dr. Jorge do Carmo. Também dizer que estão presente os Vereadores: Alfredinho, Juliana Cardoso e Soninha Francine. (Palmas)

Tem a palavra o Vereador Bispo Atílio.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Só aproveitar a presença do Secretário Cid Torquato, que está fazendo um trabalho maravilhoso, e pedir sua adesão ao nosso projeto, que está tramitando na Casa, a respeito de acessibilidade em todos os apartamentos, nos prédios de apartamento da cidade de São Paulo. Só para o senhor ter ideia, Secretário, tempo atrás morei num apartamento, num prédio em que tinha dois elevadores movidos à energia elétrica. Por

consequência, naquele local faltava energia toda semana. Eu morava no 15º andar, quer dizer, com saúde, mas tinha dificuldade de subir até o 15º andar. Fico imaginando as pessoas idosas e pessoas com dificuldade, com deficiência.

Depois vou passar o projeto a V.Exa. para o senhor avaliar, e o que puder fazer para melhorar, para colocarmos em pauta o projeto em votação, quero contar com o seu apoio para aprová-lo. O meu projeto estabelece que os prédios de apartamentos tenham de prever geradores para os casos excepcionais. Eu fico imaginando uma pessoa com deficiência morando em um andar alto, se faltar de energia, se precisar de socorro, e a dificuldade que vão ter as pessoas com idade avançada.

Sr. Secretário, conto com seu apoio, depois eu passo o projeto para o senhor avaliar, e se quiser introduzir alguma melhoria, eu também agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Bispo Atílio.

O SR. CID TORQUATO - Quero aproveitar, já temos muita boa interlocução com a Câmara, com os Vereadores de modo geral, de uma forma totalmente apartidária, ampla, mas eu queria estreitar ainda mais. Além dessas questões, existem alguns temas de algumas áreas que merecem leis, que merecem novos projetos de lei. Eu tenho vários na manga que eu gostaria de compartilhar com os Vereadores, de modo geral, porque são questões importantes.

Por exemplo, só para citar um exemplo: há um recente projeto de lei que virou lei, do Vereador Natalini, sobre doenças raras. Na linha de doenças raras nós temos vários outros grupos de direitos, como as pessoas com síndrome de *down*, as pessoas autistas, com autismo que mereceriam atenção especial, uma legislação especial sobre como tratá-las. Mas isso não existe ainda. Outra coisa, adequar a legislação do Município de São Paulo à LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015 e que provoca naturalmente mudanças nas legislações estaduais e municipais, mas isso não tem sido feito com a velocidade que nós gostaríamos.

Estou à disposição, vamos marcar para discutir essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário. Nós nos colocamos à disposição, assim como a nossa Comissão, para assumirmos as ideias e dialogamos com os Vereadores, com a Câmara inteira, inclusive para que se torne um projeto amplo, com a autoria de todos, dada à importância que tem esse projeto.

Quero passar, de imediato, à palavra ao Secretário de Habitação, Sr. João Farias.

O SR. JOÃO FARIAS - Boa tarde a todos. Queria saudar os Vereadores, a Vereadora Juliana, o Vereador Alfredinho, o Vereador Alessandro, o grande Vereador Atílio e a Vereadora Soninha. Também o nosso amigo, o companheiro e Secretário Cid Torquato; o Peixe, Presidente da Cohab; e todos os presentes.

Rapidamente, vamos passar um pequeno histórico do que vem sendo a execução do Orçamento de 2019, só para vocês terem uma ideia de que forma se dão os investimentos na Secretaria Municipal da Habitação. Em seguida, falaremos dos valores relativos a 2020, e depois nos colocamos à disposição para responder às perguntas, tirar as dúvidas, receber as críticas que também fazem parte do processo.

A Secretaria Municipal da Habitação tem como previsão a entrega de 25 mil unidades habitacionais até o final de 2020. Essas 25 mil, uma parte foi entregue, vem sendo desde 2017, e outra será entregue até o final de 2020. Temos como meta a entrega de, pelo menos, 156 mil títulos de regularização fundiária, até o ano 2020. A ideia é entregar, pelo menos, para 27 mil famílias a urbanização dos assentamentos precários. Tudo isso consiste, faz parte do Programa de Metas da Secretaria.

Do ponto de vista da unidade habitacional, aqui vocês têm a ideia de como estão distribuídos os empreendimentos, os que estão em construção ou aqueles que terminaram. Temos 6.028 vinculados ao PAC; mais 1.161 que são produção da própria Sehab; 714 de demanda aberta, que é à demanda escolhida através do cadastro da Cohab; mais 459 oriundas da Operação Urbana; e 96 relativas aos empreendimentos do Governo Estadual.

No que diz respeito à regularização fundiária, nós entregamos até 2019, 8.139 títulos; a previsão é de que até dezembro de 2020 entreguemos mais 151 mil; e chegaremos ao

número de 160 mil, até o final de 2020.

Do ponto de vista da meta de urbanização, aqui estão às regiões de São Paulo que ou estão recebendo investimentos na área de infraestrutura e de urbanização, ou estão previstas para serem atendidas até o final do ano de 2020. Podem verificar que são várias áreas espalhadas em várias regiões da cidade de São Paulo.

Aqui está o que foi entregue no ano de 2019: os empreendimentos habitacionais que envolvem recursos do FMH, do Fini-SA, do Fundurb e da Operação Urbana Água Espraiada, o que dá uma demonstração da quantidade de unidades que foram construídas nas áreas em que houve urbanização e consequentemente remoção das famílias.

Aqui estão todos os empreendimentos entregues no último período nas regiões. Estão desde a zona Leste até Extremo Sul. A sua grande maioria – é importante dizer – se não quase a totalidade, todas vinculadas com o Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

Aqui são algumas fotos para ilustrar. No Bamburral nós temos uma expectativa de ainda, no final deste ano, fazer uma entrega parcial do empreendimento. São aproximadamente 71 unidades e até o final 2020 a entrega de todas as unidades do Bamburral. A Ponte dos Remédios, a mesma coisa. A Sabesp, já há algumas unidades entregues, outras aguardando a finalização de licitação.

Aqui são obras de urbanização: Sítio Itaberaba, Cantinho do Céu, Lidiane. São algumas obras de urbanização ocorrendo na cidade de São Paulo, algumas delas já concluídas, outras em fase de conclusão.

E o orçamento da Secretaria para 2020 é maior do que foi no ano de 2019, tem um acréscimo perto de 30% no que diz respeito ao que foi investido pela Prefeitura ou vai ser investido pela Prefeitura no ano de 2019.

Quero justificar uma falha nossa, nós acabamos não colocando na apresentação os números do Orçamento de 2020, mas eu vou ler o total dos recursos. Eventualmente posso explicar, caso alguém pergunte, detalhadamente. Mas nós temos no Orçamento, da fonte do Tesouro, da fonte 00, são 337 milhões, ou seja, aproximadamente 378 milhões; do Fundurb,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 12 DE 72

331,5 milhões; do FM-SA, 256,4 milhões. Juntando com os recursos oriundos do empréstimo do Santander de 130 milhões - que está nos cofres da Prefeitura - mais a sobra dos recursos do Fundurb deste ano destinados à desapropriação de áreas, que foi cancelada para que esses recursos pudessem ser utilizados para investimento na área de produção de unidade de habitação, no ano que vem, vamos ter um orçamento - entre custeio e investimento - na casa de 1,4 bilhões.

Quero destacar, Vereador, vou ser bastante objetivo e concluir - e aí eventualmente na hora do debate posso falar mais - que nós estamos fazendo grande esforço na cidade de São Paulo - por determinação do Prefeito Bruno Covas - para dar uma solução efetiva do ponto de vista de um programa habitacional que possa atender àquelas pessoas que tinham no Minha Casa Minha Vida - faixa 1 a expectativa de receber a sua unidade habitacional. Todos sabem que desde 2017, não só São Paulo, mas nenhum lugar do Brasil recebe qualquer recurso do Governo Federal para produção de novas unidades habitacionais para atender a população em situação de vulnerabilidade social, em especial aquelas que se enquadravam na faixa 1 do Minha Casa Minha Vida e que hoje não tem perspectiva de ter atendimento habitacional. Graças à alteração de uma lei nesta Câmara Municipal, que teve a participação praticamente de todos os Vereadores desta Casa, que votaram de forma consensual os recursos do Fundurb - que são fundamentais para a cidade para várias áreas, mas em especial para a Habitação – que antes só podiam ser utilizados para aquisição de terrenos e graças à solicitação do Prefeito e uma sensibilidade incrível e privilegiada desta Casa, alterou-se a lei e São Paulo terá recursos, ano que vem, para investir na construção de unidades habitacionais. E o Prefeito decidiu de que esses recursos terão de ser usados se não exclusivamente, mas majoritariamente para atender às demandas voltadas a faixa 1 do Minha Casa Minha Vida.

Então em breve pretendemos anunciar para Cidade como será o programa, em diálogo permanente com os movimentos de moradia, discutindo, pegando sugestões elaborando uma melhor proposta, mas São Paulo, que faz jus a sua função de cidade vanguarda deste País, vai responder à ineficiência, à inércia do Governo Federal no que diz

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 13 DE 72

respeito à produção de unidade habitacional para a população de baixa renda.

No mais, fico à disposição para responder às perguntas e eventuais críticas e observações que os senhores queiram fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário.

Passo a palavra ao Presidente da Cohab, Sr. Alexsandro Peixe. Pode corrigir.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE – São dois nomes: Alex e Sandro, um nome chique.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O meu é Alessandro, as pessoas confundem muito.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE – Somos xarás.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Está bom. Com a palavra, o Presidente.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE – Boa tarde a todos. Nós, autoridades, estamos aqui por vocês. Quero agradecer muito ao Presidente da Mesa, Alessandro Guedes; saúdo os demais Vereadores e o nosso Secretário da Habitação, João Farias; e o Cid Torquato que é um grande parceiro. Aliás, tanto eu quanto o Secretário da Habitação, João, nós nos encontramos todos os fins de semana, sem exceção, com Cid, trabalhamos nos fins de semana nos mutirões dos bairros, chegando assim mais perto da população o serviço da Prefeitura. E o Cid é um grande parceiro. Em homenagem a eles já adianto que, ano que vem, nós vamos fazer quatro mil unidades habitacionais com acessibilidade, as gestões passadas não cuidaram disso, nós vamos cuidar junto com o Cid. Aliás, o Cid faz um brilhante trabalho realmente.

Dizer que eu e o João - só para endossar o que o João falou - estamos aqui à disposição de vocês. Lembrar que a Cohab já está viabilizando junto com a Secretaria de Habitação mais 25 mil unidades, para o ano que vem, para a próxima Gestão. Este ano devemos, provavelmente, vamos começar as obras ainda em dezembro ou janeiro graças a

PPP da Habitação, onde o nosso Prefeito Bruno Covas nos deu total - para mim e para o João - total carta branca para viabilizarmos a PPP, e graças a Deus está sendo um sucesso. E graças também ao empenho do prefeito Bruno Covas, além dos programas de habitação, haverá mais 25 mil unidades só da Cohab, e mais o que eu e o João vamos fazer em conjunto.

Então, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Presidente Alex Peixe.

Quero dizer à população que chegou que à direita podem ser feitas inscrições para se pronunciarem por até três minutos. O primeiro inscrito - que já convido a fazer o uso da tribuna - é o Sr. André Anselmo Araújo, munícipe. Em seguida falará o Sr. Fábio Siqueira

O SR. ANDRÉ ARAÚJO - Boa tarde a todos. Quero falar sobre uma proposta que, na verdade, seria a proposta orçamentária da Secretaria da Pessoa com Deficiência, mas não apresentou uma proposta orçamentária, apresentou algumas ações que a Secretaria faz, mas não defendeu propriamente as necessidades do seu Orçamento.

Estava dando uma olhada no site da Secretaria da Fazenda, nas informações inseridas pela Secretaria da Pessoa com Deficiência, até o dia 20 de novembro: em 2018, eles apresentaram uma proposta de orçamento no valor de 17 milhões, foi atualizado para o 11 milhões, e gastou-se apenas oito milhões do que tem empenhado. O que consta na Secretaria da Fazenda é oito milhões. Eu tinha até uma dúvida. Eu pensei que eles iriam dizer, propriamente, qual era o objetivo do Orçamento e por que eles estavam pleiteando aquele recurso, porque existe, lá, no 2100, dentro do PL enviado no órgão 36, pedindo um milhão de reais para atividades em vias e áreas públicas, mas, como foi bem dito pelo gestor da pasta, a Secretaria da Pessoa com Deficiência não faz ações-fins. Ela apenas articula com as secretarias-meio.

Quando eu olhei a página da Câmara Municipal, dentro do *link*, para fazer o comentário sobre essa audiência, vi que existem lá 368 comentários. Na grande maioria, os comentários que estão lá estão relacionados à necessidade das Pessoas com Deficiência, mas não têm nada a ver com a Secretaria da Pessoa com Deficiência. As pessoas estão pedindo

calçadas nos territórios que não têm. As nossas calçadas estão destruídas. As nossas escolas são inacessíveis. Os nossos equipamentos de Saúde, na grande maioria das vezes, são inacessíveis. A mulher com deficiência não consegue fazer uma mamografia, porque os nossos equipamentos não são acessíveis.

Vejam, estou defendendo, aqui, que a Secretaria da Pessoa com Deficiência tenha apenas oito milhões de reais, que é o que ela precisa para sobreviver, efetivamente, pagar os funcionários e fazer a sua articulação com as outras secretarias, e que o restante pleiteado, que são quatro milhões, seja direcionado para uma secretaria-fim, com uma rubrica específica, para garantia de acessibilidade às Pessoas com Deficiência, porque é disso que nós precisamos. Nós não queremos uma secretaria que fique articulando – e que, na verdade, nem articula, porque os aplicativos da Prefeitura são todos inacessíveis e ela tem um Departamento de Acessibilidade Digital que não cobra a própria Prefeitura. Tem um Departamento de Acessibilidade Arquitetônica que não cobra da Prefeitura a acessibilidade nos espaços públicos. A Pessoa com Deficiência não consegue acessar os espaços públicos.

Então, eu acho que até sou favorável à integração da Secretaria da Pessoa com Deficiência, de volta à Secretaria de Direitos Humanos – talvez, em outro momento –, mas que neste momento ela receba apenas aquilo de que ela precisa, que são oito milhões de reais, e que os outros quatro milhões sejam direcionados, efetivamente, à Secretaria de Subprefeituras, para a garantia de acessibilidade, porque é disso que precisamos e as 368 pessoas que entraram lá, no *link* da Câmara no Facebook, pedem a mesma coisa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. André Anselmo.

O próximo é o Sr. Fábio Siqueira. Em seguida, será a Sra. Jussara Basso, do MTST.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores, Srs. Secretários, Assessoria. Cumprimento, especialmente, a população aqui presente. Eu vejo, aqui, o Conselho Municipal dos Transportes, que não foi mencionado. Vejo, aqui, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que também não foi mencionado – e há verba para isso.

Acho que um Conselho Municipal existe para ajudar a fiscalizar e encaminhar – e eles nunca são lembrados pelos governantes e secretários de plantão.

Eu vou tratar da questão da Pessoa com Deficiência na minha segunda fala, porque não vai dar tempo de falar sobre essa secretaria tão importante nesta minha primeira intervenção.

A questão da moradia realmente me parece um grande escândalo. Na urbanização de favelas, foi executado um centésimo do Orçamento, 0,01%, em 2019. Com relação à Dotação 3357, no ano passado, o vampiro Michel Temer não deu nenhum dinheiro para São Paulo. Fonte 02: zero! Não executou nada. Infelizmente, esse senhor, esse mau brasileiro, vampirizou o Orçamento da Prefeitura e não deu o valor aprovado e comprometido para a verba municipal.

Em 2019, está acontecendo a mesma coisa. Também a verba 02 não está sendo utilizada. Entretanto, a verba 00 da Prefeitura, do Tesouro, também não está sendo viabilizada. Temos, por exemplo, de janeiro a outubro, com gastos em urbanização, só 140 mil reais, em um total de quase cinco milhões de reais. Então, é brincadeira. A urbanização, realmente, não está sendo prioridade.

Vemos, aqui, até o Plano de Metas para o bairro do Jabaquara não sendo contemplado. Aliás, com relação à Operação Urbana Águas Espraiadas, é ridículo o que foi apresentado aqui. Quatrocentas moradias por ano não são nada. Está na casa de milhões. As favelas continuam, lá, no Jabaquara. A Operação Urbana em Siurb é um fiasco. Tem que voltar para a Habitação.

Há a questão dos cortiços no Centro de São Paulo. O Centro de São Paulo está esquecido na Habitação. Não vemos os programas habitacionais para o Centro da Cidade, coisa que havia no passado. Também há a questão dos cortiços. Qual é o programa habitacional? Qual é a dotação para esta finalidade? Ou será que sumiram os cortiços, todos, da Capital? É claro que não. É só ir para o Brás e para o Pari e verificar essa questão.

Também gostaria de entender por que é tão baixa a execução na regularização. Se

você somar tudo de regularização, foram executados 59, em um total de 210 milhões. É baixíssimo esse valor. É um valor irrisório para São Paulo – 39%, em um total de 83. Fato semelhante é a provisão habitacional, que é a Fonte 3354. É menor ainda: 30%. Então, não adianta ter um dinheiro enorme, se esse dinheiro não é utilizado.

Também quero entender por que o Projeto Manancial foi abandonado. Alô, alô, zona Sul! Está abandonado o projeto de mananciais, a Fonte 3355. Neste ano, de 55 milhões, só se executaram um milhão e 700. Quer dizer, Grajaú e Parelheiros vão continuar sem as suas unidades habitacionais.

Por fim, quero saber por que a PPP da Habitação... Ou se era mentira do Sr. João Doria... A PPP da Habitação está zerada. Nem empenhado o dinheiro foi. Então, acho importante que esse péssimo Sr. Jair Bolsonaro devolva e finalmente se use esse dinheiro da 02. Que se libere, para a população ter a Fonte 02, para ajudar o recurso habitacional na Capital.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fábio Siqueira. A próxima inscrita é a Sra. Jussara Basso, do MTST. Em seguida, será a Sra. Evaniza Rodrigues, da UMM MST Leste, União do Movimento de Moradia.

A SRA. JUSSARA BASSO – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde à Mesa, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, Secretários.

Desde 2014, nós, do MTST, estamos vindo aqui, a esta Casa, para tratar de uma demanda muito pontual, para além das várias que acompanhamos, que é a da Vila Nova Palestina. Desde esse período, estivemos acampados durante sete dias, aqui, em frente à Câmara, primeiramente, para transformar o Plano Diretor e transformar aquela área em uma área de zoneamento ZEIS, para garantir as nossas habitações. Desde lá, muita água passou por baixo da ponte e nós, para além de não termos mais recurso para o tal Minha Casa Minha Vida, dado o inominável Presidente que nós temos, nós estamos pleiteando outros formatos de Habitação.

A Vila Nova Palestina se mantém, ao contrário do que todo mundo disse, que seria um loteamento, que se tornaria uma favela. Continua uma área ocupada de barracos de lona, aguardando habitações dignas para aquelas famílias. O que nós queremos, estando aqui, hoje, é pleitear – já que estamos cuidando daquela área, para que ela não seja loteada e vendida de forma criminosa – que ela seja adquirida para moradias populares e que este Orçamento de 2020 destine 30 milhões de reais, para que aquela área possa receber infraestrutura urbana e, finalmente, aquelas famílias, que são de municípios de São Paulo, possam morar com dignidade.

Além de tudo, acompanhamos, assim, que a duplicação da M'Boi, que vai ser atendida, também, no ano que vem... Já foi colocado isso. Pode incluir na sua duplicação o novo viário interno, que deve passar por dentro da área da ocupação Vila Nova Palestina, atendendo, assim, duas demandas muito importantes. Há a demanda de mobilidade urbana, com o desafogamento do trânsito, o atendimento das habitações dos ocupantes da Vila Nova Palestina, mais dignidade e mais estrutura de vida.

Dessa forma, com certeza, vamos diminuir muito o recurso gasto com remoções que são feitas naquela região durante todo o tempo. Vamos diminuir o recurso gasto, também, com a Saúde, porque quem mora bem tem uma saúde ainda melhor. Vamos diminuir o recurso gasto com um monte de demandas para as quais a Prefeitura teima em dizer que não tem dinheiro. Pedimos aos Vereadores, por favor, que olhem lá, para o lado da Vila Nova Palestina, e atendam a nossa reivindicação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Jussara Basso. A próxima inscrita é a Sra. Evaniza Rodrigues, da UMM MST Leste, União do Movimento de Moradia. Em seguida, será o Sr. Natal Dias.

Quero anunciar a presença do Vereador Zé Turin.

A SRA. EVANIZA RODRIGUES – Boa tarde, companheirada. Boa tarde, autoridades da Mesa.

Primeiramente, quero lamentar, Secretário, que não foram apresentados os dados da Proposta Orçamentária, porque recebemos o PL e há algumas questões sobre ele. Fica meio complicado para o conjunto das pessoas olhar. Uma questão com que ficamos bastante preocupados, primeiramente, é essa, da execução orçamentária. Segundo o PL, a execução até setembro era de 34,5% dos recursos de investimento. Então, precisamos acertar esses dados, o que significa isso.

Para a proposta de 2020, mais de 300 milhões estão vindo da alienação de bens e ativos da Prefeitura. Sabemos que a Prefeitura está fazendo uma liquidação, aí, vendendo terrenos, vendendo empresas, e, pelo que entendemos, no PL, parte dos recursos da Habitação viriam dessa alienação. No entanto, essa alienação é incerta, gente. Não sabemos quando vai ser vendido, se haverá interessados, quando será adquirido e se eles vão pagar. Portanto, basear uma boa parte dos recursos da Habitação em uma venda incerta pode gerar que no meio do ano falemos: “Ih, gente, não tem dinheiro!” Colocamos uma coisa bonita, uma promessa de ampliação, mas que pode não se verificar. Então, é uma preocupação grande.

Minha proposta, que trazemos aqui e que o movimento vem discutindo, inclusive dentro da Secretaria, com a sua equipe, é que haja uma previsão no Orçamento para atender ao disposto na Lei 16.587, que é a lei municipal que determina a produção habitacional por autogestão. Ela fala que, pelo menos, 25% dos recursos do FMH e 30% dos recursos de Habitação do Fundurb devem ser destinados à produção habitacional por autogestão, para famílias de baixa renda – ou seja, HIS 1.

Então, primeiramente, precisa ser cumprida a lei. Acho que é importante. Cumprir a lei é uma coisa importante. É importante fazer a regulamentação do programa e destinar os recursos para onde mais precisa, que são as faixas de HIS 1, onde, hoje, por conta da conjuntura nacional e estadual – conforme o Secretário Estadual também nos alertou, ontem –, não há dinheiro nenhum e previsão nenhuma. Quem mais precisa tem de ser visto em primeiro lugar. Essa é a proposta da União, que não podemos desviar o nosso olhar para quem menos precisa. Todo mundo precisa de Habitação, mas quem mais precisa depende hoje

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 20 DE 72

exclusivamente de ações da Prefeitura. Essa é a que deve ser priorizada e focada na política habitacional.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Evaniza. Lembro às pessoas que apresentam suas propostas para que o façam, também, por escrito. O protocolo está aqui, ao lado da nossa Secretaria, para poder ser retirado e preenchido.

Tem a palavra o Sr. Natal Dias, da AMM Sul. Em seguida, será o Sr. Paulo Sergio de Araujo. O Sr. Natal está aí? Sr. Paulo Sérgio de Araújo, pode falar por até três minutos. Eu avisarei com dois e meio.

O SR. PAULO SERGIO DE ARAUJO – Senhores, boa tarde. Boa tarde à Mesa. É pena que se esqueceu de falar que sou Presidente de uma associação de moradores.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – É a Associação de Moradores Boa Esperança, da Vila Princesa Isabel.

O SR. PAULO SERGIO DE ARAUJO – É lá, de Guaianases.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Vou restituir o tempo do senhor.

O SR. PAULO SERGIO DE ARAUJO – Está bem. Pessoal, é o seguinte: moramos em uma área que é particular. Hoje, temos um acordo firmado com o proprietário, assinado e reconhecido em cartório, onde dizemos que queremos comprar a terra e onde o proprietário também diz que quer vender. Até agora, Secretário, não conseguimos falar com o senhor e nem conseguimos avançar nesse negócio, porque existe um impedimento. Não sei por quê. Queremos comprar. O dono quer vender e não conseguimos fazer o negócio. Isso é complicado.

Queremos pedir ao Secretário que pense mais em fazer o movimento de moradia com mais responsabilidade. Eu acho que falta, ainda, encontrar mais a sociedade civil, o Poder Público, os Vereadores, a Câmara Municipal, os gestores, para que façamos o movimento de moradia com responsabilidade.

Não entendo por que temos essa situação criada. Sabemos que é isso.

Acompanhamos isso há quatro anos e não conseguimos fazer isso. Ainda há mais, senhores. Nós temos uma empresa de regulamentação contratada. Nós temos parte da área, com 70% das pontas feitas, e ainda não dá negócio. Queremos saber por que há essa dificuldade, quando se trata de moradia. Não estamos pedindo nada a ninguém. Queremos comprar. As 849 famílias que ali moram querem comprar a sua terra. Queremos pagar, mas não é possível.

Contudo, queremos, se possível, uma conversa com o Sr. Secretário. Já tentamos inúmeras vezes. Temos um relatório feito pela Sehab, desde fevereiro deste ano que está acabando, e, até agora, não chegou ainda o resultado para nós. Queremos saber se é possível regularizar ou se não é possível regularizar, mas temos quase certeza, por comentários, aí, que acabaram vazando, de que é possível, sim. Entretanto, essa resposta não chegou até nós.

Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Paulo Sergio. O próximo é o Sr. André Silva, do Movimento de Defesa do Favelado, UMM São Paulo. Em seguida, será a Sra. Maria das Graças Xavier, da União Nacional por Moradia Popular. Eu avisarei com dois minutos e meio.

O SR. ANDRÉ SILVA – Boa tarde, Vereadoras e Vereadores, Secretários. Eu tenho duas questões muito específicas. Uma é específica da nossa região, lá, da Vila Prudente. Em dezembro do ano passado, nós tivemos uma reunião com os moradores da Favela Jacaraípe e, depois de uma intervenção... Era uma área que teve um incêndio há mais de 10 anos. Conseguimos um dinheiro na Cohab para fazer uma reforma, uma intervenção, para minimizar o risco, com a promessa da construção de unidades habitacionais – inclusive, com a promessa de que a gente estaria com uma torre sendo entregue agora em dezembro deste ano, e até agora a única coisa que aconteceu foi justamente o levantamento do solo. E a gente quer, e a gente procurando também na demanda orçamentária da secretaria, a gente não identificou o dinheiro para a construção dessas unidades, que as famílias inclusive viram, não só escutaram isso na Cohab, mas também com um desenho bonito de prédios, de projetos e tudo mais. A gente quer a garantia de que isso vai acontecer. Para que as famílias não

retornem para a precariedade, é fundamental a garantia da palavra que foi dada em uma reunião com os moradores da favela Jacareípe, para garantir o atendimento habitacional. Essa é uma questão específica que a gente não identificou uma rubrica para concessão das unidades da favela Jacareípe.

Outra coisa que eu gostaria da atenção dos nobres vereadores, da Vereadora Juliana Cardos, que é uma preocupação muito grande, é da dificuldade orçamentária que tem sempre para construir habitação de interesse social. Quando a gente vê no orçamento de uma secretaria uma rubrica que diz pedindo, se não me engano, pouco mais de 16 milhões para ações de desocupação de prédios, entroncamentos e vias arteriais e marginais, quer dizer, a secretaria... Me esclareça, Secretário: pedir dinheiro para derrubar a casa do povo que já quase não tem casa, de maneira precária.

Esses dias eu vi um vereador comemorando lá que agora tem uma pracinha bonita do lado do metrô Bresser, na favela do Cimento, depois de toda aquela tragédia que aconteceu, conseguiram piorar a tragédia. Tem a plantinha lá. Eu pergunto: onde é que foi parar aquela população em situação de rua? Foi espalhada mais para a rua ainda. Então tem alguns lugares que, me desculpe, mas parece que é um dinheiro para fazer realmente uma limpeza de algumas áreas da cidade, ao invés de usar 16 milhões para garantir habitação de interesse social para essas famílias. Eu acho que a gente mudaria melhor o painel se a gente usasse esse dinheiro para atendimento habitacional, não para fazer remoção de famílias que já estão morando de maneira precária. É isso que eu acho importante e que eu gostaria da atenção dos vereadores para não aprovar uma proposta que vai no sentido contrário ao da missão da Secretaria de Habitação, que é garantir o direito à moradia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Gudes) – Obrigado, Sr. André Silva.

Próxima, Sra. Maria das Graças Xavier, da União Nacional por Moradia Popular; em seguida, Sr. André Araújo.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS XAVIER - Boa tarde.

Primeiro dizer que nós estamos brincando de faz-de-conta de fazer audiência pública, porque colocar a peça orçamentária sem colocar realmente o que vai ser aplicado em 2020, nós vamos ficar aqui na linha do imaginário e, se Deus quiser, em 2020 a gente faz alguma coisa. Primeiro que com o Bolsonaro o programa Minha Casa Minha Vida a gente está aí todo dia correndo para ver se não consegue; Prefeitura de São Paulo na mesma linha; Governador do Estado não fica atrás. Então São Paulo está literalmente perdido.

E aí, para nossa surpresa, além de nós termos uma linha imaginária para imaginar o orçamento de 2020, nós olhamos no *site*, descobrimos que tem 16 milhões para despejar 17 prédios que estão ocupados. Por isso que é linha imaginária, que é para a gente não perceber e não descobrir que tem 17 prédios para ser despejados. E a nossa proposta é justamente o contrário, é dizer que esses 16 milhões têm de ser aplicados na reforma desses 17 prédios que estão ocupados e na regularização e urbanização de favelas que estão precárias, as famílias morando. Essa já é a nossa proposta direta e vou deixar aqui escrito.

Outra questão, também não vi no orçamento, tem um projeto que chama Pai Meninos, na região do Ipiranga. Lá não existe subprefeitura, porque o subprefeito a gente não vê em nada. Mas lá existe um projeto que chama Pai Meninos, que é na Vila Liviero, Parque Bristol e Jardim São Savério. Isso está no orçamento já de três anos seguidos. Nesse ano ele desapareceu do orçamento. Então a gente quer que volte para o orçamento para poder trabalhar isso. Inclusive tem uma grande construtora fazendo prédio até a caramba lá, que está tudo interditado, as vias públicas na Avenida dos Ourives. Então é importante que tenha o Pai Menino inclusive para poder aliviar o trânsito para a população que lá vive.

Outra coisa: o Alexandre, que é da Cohab, colocou algumas situações da Cohab. Os projetos hoje da Cohab estão um verdadeiro desastre. Nós, do movimento, temos que fazer uma campanha para todo mundo começar a pagar em juízo, porque a Cohab não cuida dos projetos habitacionais que hoje existem, mesmo todo mundo pagando, a população pagando, não tem o menor zelo, porque é do poder público ainda por enquanto. Enquanto as famílias não tiverem o contrato na mão, é do poder público. Então dizer também para ter recurso para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 24 DE 72

garantir a manutenção dos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab, que estão ainda no domínio da Cohab, inclusive o Jardim Celeste, que está lá todo detonado, as famílias vendo a hora de as casas caírem em cima delas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Gudes) – Muito obrigado, Sra. Maria das Graças.

Próximo, Sr. André Araújo, do MRFV, Emohab, Efacesp, Federação Associação Comunitária do Estado de São Paulo, Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização. Em seguida será a Sra. Aline Vilas Boas.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Saúdo, na presença do Vereador Alessandro, os demais vereadores, o Secretário Municipal de Habitação e o Presidente da Cohab Alex Peixe.

A minha questão é preocupante. Eu tenho uma pergunta para fazer ao Secretário, ele que substituiu o Secretário Aluísio. Uma reportagem da *Folha de S. Paulo* do dia 1º de maio, denunciou, às 14h22 de 1º de maio de 2019, a existência de uma folha paralela de pagamento. Segundo a nota do nosso Prefeito Bruno Covas, que eu achei bastante esclarecedora e transparente na época, que encaminhou para a CGM para apuração, eu queria depois que fosse dada satisfação a respeito dessas denúncias colocadas nessa reportagem que foi assinada pelo Sr. Artur Rodrigues e Guilherme Ceto, na *Folha On Line*, no caderno *Cotidiano* de 1º de maio de 2019. Logicamente que o Secretário não tem nada a ver, mas ele substituiu e eu queria, se fosse possível, esclarecimentos dessas investigações na CGM.

Outra questão em relação ao orçamento. Eu sugiro que seja criado em âmbito... Vai ser minha proposta no Conselho Municipal de Habitação, uma comissão permanente para acompanhar o orçamento municipal. Por quê? Várias denúncias aqui de não execução do orçamento, principalmente aqui, execução da fonte 05, que é de empréstimo, portanto mais caro, deixando para trás a questão da fonte 00, que é do orçamento.

Em relação à fonte 00, Secretário João Farias, houve um decréscimo em relação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 25 DE 72

aos dois anos anteriores, houve um decréscimo aí. Nós tivemos uma previsão, no último orçamento do Fernando Haddad, de quase 700 milhões, um pouquinho mais die 700 milhões, e agora por volta de 350 milhões aqui.

Outra questão também: eu sugiro aos vereadores desta comissão de orçamento que nós possamos fazer uma reunião pelo menos semestral ou trimestral para discutir o orçamento em relação à aplicação na prática disso. Por quê? Para evitar que seja o quê? Uma obra de ficção, porque o orçamento geral cresceu 13% e o da habitação, da fonte 00, decresceu, caiu.

Em relação ao presidente da Cohab eu queria fazer a seguinte indagação: qual o custo, qual o custeio das áreas da Cohab fora do município de São Paulo? Por quê? Eu vou dar um exemplo: em Carapicuíba nós temos diversas áreas da Companhia Metropolitana de São Paulo; lá nós temos áreas ocupadas por empresários. Então quem está sendo retirado das áreas da Cohab mediante ações de reintegração de posse é o povo pobre, humilde. Agora, os empresários continuam nessas áreas se locupletando às custas da Companhia Metropolitana de São Paulo.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Gudes) – Obrigado, Sr. André Araújo.

Próxima inscrita é a Sra. Aline Vilas Boas, da Comunidade Cidadã; em seguida, Sra. Marisa Marques.

A SRA. ALINE VILAS BOAS – Boa tarde. Minha fala é dedicada aos vereadores e ao Secretário da Pessoa com Deficiência.

Meu nome é Aline e eu faço parte de um projeto chamado Entra na Roda. Nossa projeto realiza saídas com pessoas com deficiência aos finais de semanas, quando visitamos pontos turísticos, culturais e de lazer da cidade de São Paulo. Nossa intuito é promover rodas de conversas e interação entre essas pessoas.

Nessa atividade a gente tem a parceria do serviço Atende. Infelizmente nos solicitaram uma redução desse atendimento, alegando falta de recursos. Então viemos aqui

pedir o apoio dos vereadores e do secretário para ampliação da verba direcionada ao serviço Atende. A gente entende a prioridade do Atende em relação ao serviço médico, mas a gente não quer diminuir a importância que essa ação tem para as pessoas em relação a essas atividades aos finais de semanas. A gente tem muitos relatos de famílias que consideram as saídas como espécie de terapia alternativa. Muitas dessas famílias não têm outras atividades de lazer que não as inseridas no projeto. Por isso pedimos o apoio dos vereadores e da secretaria para ajudar na luta da ampliação do orçamento em relação ao serviço Atende.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Gudes) – Obrigado, Sra. Aline Vilas Boas.

Com a palavra a Sra. Marisa Marques, da comunidade de Carapicuíba. Em seguida será a Sra. Maria Aparecida Rodrigues da Silva.

A SRA. MARISA MARQUES – Boa tarde a todos, à Mesa. Quero agradecer à Vereadora Juliana que proporcionou isso aqui para nós.

Eu vou fazer duas perguntas bem específicas. Aqui nós estamos falando de habitação e eu tenho acompanhado muitas áreas que estão sofrendo reintegração de posse. Eu gostaria de saber do Secretário Alex por que existe esse tanto de reintegração de áreas, já que habitação está aí, já que tem uma preocupação em construir moradia.

Voltando ao assunto do colega Dr. André, eu gostaria de saber do Dr. Alex: tem várias áreas em Carapicuíba que estão sofrendo reintegração. Essas reintegrações, segundo algumas informações em reuniões que eu já tive com os senhores, estão sendo passadas para o município de Carapicuíba. Eu gostaria de saber do Sr. Alex de que forma essas áreas estão sendo passadas para Carapicuíba, se é por doações ou se em conta de dívidas que a Cohab tem com o município.

Gostaria de fazer uma proposta aqui para o secretário e queria saber se eles já pensaram em fazer moradias provisórias para colocar essas pessoas que sofrem o processo de reintegração, até que os conjuntos habitacionais sejam concluídos, para que sejam realocadas essas pessoas.

Gostaria também de pedir para o senhor, Secretário, que parte desse dinheiro que existe para esse projeto fosse aplicada num projeto, se tivesse a possibilidade de viabilidade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Gudes) – Obrigado, Sra. Marisa Marques.

Próxima inscrita, Sra. Maria Aparecida Rodrigues da Silva, munícipe. Em seguida será o Sr. Rubens Marcelino, da Associação Comunitária da Região Centro.

A SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde.

Eu estou com uma demanda aqui da Cohab desde 2006 e eu queria saber o retorno dessa demanda, desse cadastro que eu fiz. Por isso que eu vim aqui para saber da resposta de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Gudes) – Muito obrigado, Sra. Maria Aparecida Rodrigues.

Próximo inscrito, Sr. Rubens Marcelino, da Associação Comunitária da Região Centro. Em seguida será a Sra. Fátima Santos.

O SR. RUBENS MARCELINO – Boa tarde, companheiros e companheiras de entidades civis, setoriais, de moradia, defesa dos direitos humanos, comunitária e cidadania, urbanização, favelas urbanas e a toda a Mesa, vereadores, membro relator, Secretário Municipal da Habitação, presidente da Cohab.

Aqui está muito bonito, esta audiência está muito colorida, bonita, mas aqui a tendência de 2017, 2018, 2019 prosseguiram juntos as entidades, a Associação Comunitária da Região Centro e a Frente Comunitária de Cidadania. É muito chocante que quando falamos em orçamento, lei de diretrizes orçamentárias 2020, e a lei orçamentária 2020... Esperamos que coloque em prática a inclusão dos idosos com mais de 60 anos, a inclusão dos idosos portadores de necessidades especiais, a inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais, a inclusão das famílias com filhos menores de 15 anos. Também que as políticas públicas venham a discutir a restruturação e estruturação da habitação setorial municipal e a Conferência Municipal de Habitação, as políticas públicas de habitação setorial municipal. E

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 28 DE 72

também o que eu deixo encaminhado aqui ao Secretário Municipal de Habitação e ao Prefeito, que não está presente – deveria estar algum representante de gabinete -, que eles fiquem cientes das barreiras que as entidades tiveram aqui nas gestões 2017, 2018, 2019. Saiu o Secretário Fernando Chucre, entrou o Aloísio Barbosa não sei das quantas, depois entrou outro. O que eu deixo aqui encaminhado é que se coloque para o ano que vem, ou se possível ainda este ano, agendar uma reunião com o Secretário da Habitação. Isso foi pedido em 2017, 2018, e 2019 já está acabando. Esperamos para discutir as propostas.

E a questão do prédio desapropriado pela Cohab, como é que está? Tivemos uma reunião no Fórum da Fazenda Pública, e está parado. Vários prédios, não foram executados pagamentos nem pela Prefeitura nem pela Cohab. Segundo a Cohab falou, seria falta de recurso. Eu reconheço que falta recurso do Governo federal. Para mim, é uma vagabundagem, uma pilantragem falta de recurso para a Prefeitura, para a Cohab. Então, o Governo federal deveria agir mais, dar mais atenção às famílias de baixa renda. Isso, vou deixar encaminhado aqui na proposta, ao relator Atílio Francisco, para que agende uma reunião ainda em novembro ou dezembro para apresentar proposta para a lei orçamentária de 2020; mas que coloque em prática! São essas as questões pendentes de 2017, 2018 e 2019. Obrigado a todos e à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Fátima Santos, da Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste – UMM.

A SRA. FÁTIMA SANTOS – Boa tarde à Mesa e aos presentes. Primeiro, quero falar um pouco da solicitação da rubrica do HIS para o Orçamento de mutirão de autogestão. Quero dizer que estamos discutindo no GT e falando sobre autogestão. A Ivaniza falou bem quando citou a Lei 16.527, que fala da autogestão. Mas sentimos que, desde que se entrou na questão do Minha Casa Minha Vida, a Cidade foi abandonada no setor de habitação. E não só no Município: estamos falando do Município, mas também do Estado. Ontem no Estado foi uma vergonha o chamamento para os movimentos irem lá ouvir o que foi falado pela CDHU. Sabemos também que ficou muito pendente a questão do Minha Casa Minha Vida. O Governo tirou desse programa para dar para os deputados, para emendas parlamentares. Foram 800

milhões, enquanto nossos empreendimentos estão todos parados. Então, quero pedir que seja tirada essa questão da rubrica para HIS, para habitação.

Quero falar também sobre os editais, Sr. Secretário e Cohab. Que sejam revistos todos os editais que estão parados desde o início desta gestão. Não houve o chamamento, estão todos parados, e as entidades estão todas preocupadas. Muitas entidades que estão presentes já têm famílias selecionadas, com projeto aprovado, esperando a conclusão desse empreendimento. Então, já que não tem mais o Minha Casa Minha Vida – deixa para lá, temos que ter um programa habitacional da cidade de São Paulo -, que façam esse chamamento e dê uma direcionada para uma construção, para dar habitação para essas famílias. Chega de enrolação, chega de ficar esperando acontecer hoje, amanhã. Já faz uns três ou quatro anos, e as famílias continuam esperando. Queremos que seja concluída a questão dos editais na cidade de São Paulo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Amilton Clemente Alves, da União das Entidades da Zona Leste.

O SR. AMILTON CLEMENTE ALVES – Boa tarde, senhoras e senhores. Quero parabenizar a Mesa, na pessoa do Vereador Alessandro Guedes, pela iniciativa de discutir um tema tão importante para a cidade de São Paulo.

Venho me utilizar desses 3 minutos, que é pouco para o muito que eu gostaria de falar, mas vou ser breve, Sr. Secretário. Na cidade de São Paulo, não só nesses loteamentos da zona Leste que eu acompanho, mas em várias outras regiões, há um problema seríssimo em relação ao saneamento básico. Temos uma região entre São Mateus e Cidade Tiradentes, o Paiolzinho, onde está o Sr. Paulo, que é Presidente de uma das associações. Eles estão instalados lá há mais de 20 anos, ali há mais de 1 mil famílias morando, e em pleno século XXI estão bebendo água de esgoto. Quando esse pedido chega até a Secretaria de Habitação, é negado. Na Sabesp o projeto está todo pronto para implementar as ligações, na Enel, idem, tudo prontinho; mas quando chega na Habitação, infelizmente há alguns burocratas legalistas que sentam em cima e acham que estamos discutindo o direito à propriedade, por isso acabam

não liberando.

Há um projeto de lei tramitando aqui na Casa, de iniciativa do Vereador Alessandro Guedes, o Moradia Digna, que dispõe exatamente sobre uma solução para resolver essa burocracia, inclusive elencando o princípio da dignidade da pessoa humana. Os moradores desses loteamentos não estão querendo discutir a questão da propriedade; o que eles querem o direito de beber água potável! Eles querem o direito ao acesso à energia para, ao final da tarde, quando chegam às suas casas, poderem tomar um banho decente e não terem alimento estragado por falta de geladeira. É só isso que eles estão pedindo, isso não é pedir muito.

Então, Sr. Secretário e Sr. Presidente da Cohab, o PL 637/2013 vai justamente regulamentar essa situação. Peço a atenção de vocês para isso. Depois deixarei uma cópia com vocês. Vamos aprovar esse projeto, que irá resolver toda essa questão, e não precisa de dinheiro, porque tanto a Sabesp como a Enel já tem recurso no seu orçamento. Falta regulamentar; e os nossos técnicos de CRF não ficarão preocupados em apor suas assinaturas autorizando a Sabesp e a Enel a fazerem essas ligações.

Outro assunto que quero mencionar são as PPPs. Há vários loteamentos na Cidade onde estão as PPPs onde já há vários especuladores imobiliários querendo comprar essas áreas. Só que a maioria delas está ocupada. Então, já que são terrenos oriundos de fundos perdidos, inclusive de habitação - hoje a terra é da Cohab - por que não priorizar e negociar essas áreas com quem está morando e não reintegrar a posse dessas pessoas, para entregar não sabem para quem?

Então, são essas propostas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Boris Silva de Souza, conselheiro municipal da pessoa com deficiência.

O SR. BORIS SILVA DE SOUZA – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa Eu quero fazer aqui uma exposição. Pessoas com deficiências, nas inscrições, estão juntas com as demais pessoas. Ora, por quê? Se as pessoas com deficiência são prioridade e têm prioridade, então, por que todo mundo está junto na mesma fila? O que ocorre? Está, no planejamento, de

serem entregues quatro mil apartamentos. Desses, digamos uma porcentagem com 200 pessoas com deficiência. Ora, se estão na fila comum, automaticamente não vão ser 200 pessoas. Digamos que serão, dependendo da ordem, quatro, cinco ou seis pessoas. Ora, se, em cada empreendimento, a parte térrea é destinada única e somente para as pessoas com deficiência, pergunta-se: "Se são sorteadas só quatro ou cinco pessoas, para quem fica esses apartamentos no térreo? Quem acaba ocupando esses apartamentos?" Então, isso é injusto. É uma coisa, que, na verdade, os senhores já deveriam ter visto isso. As pessoas com deficiência têm que estar na prioridade de risco, igual a idosos e igual a famílias com crianças, porque, a partir do momento em que elas moram numa habitação que não haja acessibilidade, estão correndo risco de vida sim. A qualidade de vida abaixa, em muito, em cerca de 70%, e, em alguns casos, pode chegar até a 85%, ou seja, estão correndo risco de vida sim. Então, a proposta seria que as pessoas com deficiência, na lista de espera, não fiquem na fila comum, mas que vão para uma lista de prioridade de áreas de risco; e a sugestão seria também que fosse feita uma comissão permanente, para acompanhar isso. Por quê? Porque há alguns empreendimentos que têm algumas associações que estão roubando dinheiro das pessoas com deficiência. Vão lá e cobram das pessoas com deficiência, para dizerem que elas vão entrar na prioridade, e, na verdade, não entram. Roubam dinheiro das pessoas, somem com dinheiro das pessoas, elas não entram na prioridade e os apartamentos ficam lá. Quem está lá são pessoas que, na verdade, não têm esse direito. São pessoas sem deficiência. Então, essa é a proposta, que seja criada a comissão permanente, para acompanhar esse sorteio para pessoas com deficiência e que essas pessoas saiam da fila comum e vão para uma fila de prioridade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Anderson Campos Dutra, Vice-Presidente do Movimento Estadual Pop Rua.

O SR. ANDERSON CAMPOS DUTRA – Primeiramente, bom tarde a todos. Boa tarde à Mesa aqui também. Boa tarde, nobres Vereadoras Patrícia Bezerra e Soninha Francine

e nosso Presidente, Vereador Alessandro Guedes. Uma questão que eu gostaria de estar falando aqui é que de 65 milhões - a gente sabe que estavam destinados para a parte de locação e habitação de interesse social - foram paralisados. Fico feliz ao saber sobre a parte do Fundurb, e estarão sendo destinados cerca de 300 a 500 para habitação, mas o engraçado é que o nosso Prefeito Bruno Covas, quanto à questão do Fundurb, procura utilizar parte dessa verba, que poderia ser destinada também para habitação, para fazer outras obras em São Paulo. Quanto a oitenta e cinco milhões que foram gastos, poderiam estar sendo utilizados para parte da habitação. Falo de uma reforma que eu acho inaceitável, inacessível, do Vale do Anhangabaú, uma história da Cidade. É inadmissível. (Palmas)

Nosso querido Presidente, as pessoas da favela do Cimento, para onde foram e para onde vão? São populações que estavam ali numa favela. Acaba-se aumentando o número da população em situação de rua, e a parte do cadastro único acaba, por muitas vezes, sendo insuficiente.

Eu quero também fazer uma solicitação aqui para o Sr. João Farias, nosso Secretário de Habitação. Pode haver comunicação e interlocução com a União e as pessoas da moradia; mas e a população em situação de rua, de extrema vulnerabilidade social? Já que estamos falando de vulnerabilidade, vamos colocar as pessoas de zero a dois, ou de zero a três, que é lei, como sendo prioridades também. Não é somente a parte da união de moradia. Sabemos sim que eles também têm seus direitos, mas não vamos excluir, mais uma vez, a população em situação de rua. (Palmas)

Vamos deixar isso bem claro, que a invencibilidade da Pop Rua já vem desde o decreto 7.053, já vem em cima de lei. Agora quanto à parte do Estado e do nosso Governador também, que é uma pessoa higienista, espero que o nosso Prefeito Bruno Covas e a Secretaria também não venham a ser higienistas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Ingrid Cássia Ferreira, do Movimento de Moradia.

A SRA. INGRID CÁSSIA FERREIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa. Eu sou psicóloga e há algum tempo eu fui acessar a PPP. Eu fui excluída no selecionamento. Então, a PPP não atende à população, principalmente a população das faixas 2 e 3. O selecionamento da PPP precisa ser modificado. Aliás, a PPP deve ser modificada para um atendimento que não visa lucro, pois o atendimento, dentro da Prefeitura, deve visar ao atendimento digno das famílias que moram na cidade de São Paulo.

Os lucros das empresas, do Secovi, das grandes construtoras já têm... A PPP deve atender à população das faixas 1 e 2 e das faixas que necessitam, tanto da pessoa com deficiência quanto das pessoas idosas. A dificuldade da aplicação do orçamento, no município de São Paulo, referente à habitação, é outro ponto que nós precisamos, assunto que eu peço atenção, tanto do Secretário da Habitação, quanto dos Vereadores e quanto da comissão. É um orçamento grande, é um orçamento que está há anos com um grande saldo, ineficiente, que não é aplicado e que não é utilizado. Está sendo aplicado em outras pastas, como disse o nosso companheiro anteriormente, e eu tenho cadastro na Cohab desde 2002. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Gilson Pinheiro, do Conselho de Saúde.

O SR. GILSON PINHEIRO – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa, Boa tarde, Sr. Secretário. Também faço parte do Movimento de Moradia da Palestina. Digo para a CDHU que eu estou cadastrado desde 1987. Até hoje não saiu. Então, espero, Sr. Secretário de Habitação, que agora sejam incluídos os 30 milhões no orçamento do ano que vem, para a minha moradia sair na Vila Nova Palestina. Espero que saia. Se Deus quiser, vai sair. Eu acredito que agora, nessa nova empreitada, vai sair.

Falando sobre acessibilidade, eu gostaria que os Srs. Vereadores montassem uma comissão, para ver a acessibilidade nas unidades de saúde.

Nosso Secretário da Deficiência, eu acompanho sim, dia a dia, a dificuldade do pessoal com deficiência nas unidades de saúde. Vou deixar uma proposta aqui, que já falei em outra audiência pública e vou protocolar hoje. Por que, em vez de a Prefeitura de São Paulo

gastar tanto dinheiro pagando aluguel em unidade de Saúde, não compra terreno e vai fazendo as unidades de saúde? Pagam 16, 20, 25 mil e 30 mil numa unidade de Saúde. Há local que, se pegar fogo no fio, morre todo mundo queimado. Na unidade de Saúde do meu bairro, do Jardim Caiçara, para subir uma pessoa para o andar de cima, ela tem que esperar o outro descer. Eu já cheguei a ficar cinco minutos esperando o pessoal descer, para eu subir. Cadeirante lá não sobe, e paga aluguel. Por que a Prefeitura, junto com a Secretaria do Deficiente, não compra os terrenos para as unidades de saúde, sendo um local melhor? Não há calçada para o deficiente. Há unidade de Saúde que, para o deficiente entrar - eu digo isso porque eu já ajudei deficiente em cadeira de rodas – há dificuldade. Assim é em muitas unidades.

Então, eu gostaria que os Vereadores de São Paulo, que estão aqui, fizessem uma comissão, montassem uma comissão, para verificar essas unidades de Saúde, que as OS tomam conta. As OSs ganham dinheiro e não cuidam da população, que é um dever e obrigação deles. Falo da nossa Saúde.

Montem uma comissão para visitar as unidades. Parabéns para a Sra. Juliana, que está indo e acompanhando. (Palmas)

Vão às unidades de Saúde de toda a região de São Paulo, e não só da zona Sul, onde eu moro, no M'Boi Mirim, no Capão Redondo ou no Campo Limpo. Vão à região de São Paulo inteira, para saber como está a situação do deficiente.

O Sr. Secretário deve passar por alguma situação aqui na cidade de São Paulo. Eu acredito que deve passar, porque eu vejo, eu acompanho o dia a dia. Eu vou a muitas unidades de Saúde por semana.

Então, a dificuldade é muito grande. Agora se S.Exa. não passa dificuldade, muita gente passa; e é povo do mesmo jeito, paga imposto do mesmo jeito. Então, eu gostaria sim que os Vereadores dessem atenção nessa proposta que eu vou deixar protocolada. Em vez de gastarem tanto dinheiro com aluguel, comprem os terrenos e construam as unidades de Saúde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Welita Caetano, da FLM.

A SRA. WELITA CAETANO – Boa tarde a todos da Mesa. Boa tarde a todos os companheiros que estão aqui lutando, para que a gente tenha uma política habitacional efetiva. Eu tenho duas questões. Não sei se são sugestões. A primeira delas é que aparece, no orçamento, pela primeira vez, não sei se, na história de São Paulo, mas, nos últimos orçamentos que eu tenho visto, é a primeira vez que aparece um orçamento específico para remoção, ou seja, para despejo, para reintegração de posse, com cerca de 16 milhões para isso acontecer.

Eu só queria dizer aqui que as pessoas que ocupam não são criminosas. Elas ocupam porque é a última opção que têm. Ou é isso ou é a rua, como o pessoal do Pop Rua acabou de falar. Então, a gente tem infelizmente uma política que falta ser mais efetiva, que empurra essas pessoas para condições de ir para as ruas. Então, quando a gente olha para a Cidade, são milhares e milhares de pessoas sendo expulsas dos lugares onde elas moram.

Em áreas públicas, em terrenos públicos que foram desapropriados e que são ocupados, essas famílias estão correndo risco de serem despejadas para serem entregues as PPPs.

Então, se essas pessoas são removidas, qual é a outra opção que elas têm? Infelizmente, elas continuam na ilegalidade. Elas precisam continuar tentando manter a sua dignidade. Então, uma família não vai à rua com os seus filhos sem precisar continuar lutando. Então, ela luta para não morrer. Ela luta para não perder a sua dignidade.

Então, quando dão essas terras para as PPPs, eu vejo, aqui na mesa, sendo discutida que essa é a única opção. Os movimentos estão aqui para mostrar que não é verdade isso. Existem “n” projetos que comprovam que a parceria com os movimentos sociais funcionam, e isso diminui, em muito, o custo inclusive.

Eu ouvi uma pessoa falando que o lucro não pode ser a lei suprema. A vida humana, as pessoas, na Cidade, estão sendo ameaçadas de perderem seus lugares onde elas

moram e têm as suas referências.

Então, o que eu gostaria de pedir aqui? Da mesma forma, como no orçamento, estão descritos que 16 milhões são para remoções, da mesma forma, estejam descritos quantos milhões vão vir para habitação social, porque está tudo ali no mesmo bolo. A gente não sabe o que vai para o mercado e o que vem realmente para aquelas famílias que mais precisam.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Giovani Lourenço, munícipe.

O SR. GIOVANI LOURENÇO – Boa tarde a todos. Cumprimento à Mesa. Acho que o Sr. Secretário já sabe o que eu vou falar, referente ao caso da casa da minha mãe, no Jardim Santo André, numa área de risco. Foi desapropriada pela Prefeitura, em 2004, se não me engano. Hoje ela é deficiente visual. Desde essa época, não recebe o auxílio vale-aluguel. Está morando com a minha irmã. Eu estou em situação de vulnerabilidade. Era uma casa onde morávamos em seis pessoas, e eu fico pensando: “O que se fazer com 400 reais?” Naquela época, foi dado auxílio para uns dois anos só. Depois isso foi cortado. Toda vez que vão lá conversar com o pessoal, dizem: “No mês que vem vai sair. O pessoal da Caixa Econômica está para ligar”. Não há nem vale-aluguel, nada. Não pagam nem os outros que passaram e nem os de agora. Não há casa, nem nada e vai rolando. Essa é a situação.

Então, eu gostaria de ter um posicionamento, na situação de uma pessoa que tinha uma casa, onde moravam seis pessoas. O que vai se fazer com 400 reais? Hoje em dia, vão alugar uma casa por 400 reais onde? Como foi feito esse cálculo? Quem fez esse cálculo, foi em cima do quê? E depois disso - mais uma pergunta - , será que o aluguel não subiu mais? Entendeu? E mais uma coisa que eu tenho a falar: aluguel é uma coisa, agora casa para quem está em situação de vulnerabilidade, eu acho que tem de ter um teto. Tem de ter “tipo” de 0 a 4 salários, três salários no máximo, porque uma pessoa que ganha seis salários mínimos, eu acho muita coisa, entendeu? As pessoas que estão em situação de vulnerabilidade... É um

casal, cada um ganha um salário mínimo, tem um filho para criar, quando que um cara desse vai comprar uma casa? Quando que ele vai ter condições? No máximo ele vai ter condições de comprar uma roupinha e ainda olhe lá. Então tem de ver melhor, entendeu, para quem está em situação de vulnerabilidade, para quem não tem condições. Precisa ver essas faixas etárias tudo direitinho, porque quem mais precisa, são essas pessoas que têm de ser contempladas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Sr. Giovani Lourenço. A próxima inscrita é a Sra. Sirlene Araújo Dias, da Coohabras e em seguida a Sra. Olga Luiza.

A SRA. SIRLENE ARAÚJO DIAS - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde à Mesa.

Sou Presidente da Cooperativa Habitacional Central do Brasil, Coohabras.

Na verdade eu queria fazer três propostas para a Secretaria. Já foi dito bastante, aqui, como a questão de Habitação é um problema para famílias de baixa renda. Então a gente pede, no mínimo, humanidade na análise dessa questão. Habitação é uma questão que afeta a qualidade de vida em todos os sentidos e a gente tem discutido bastante sobre criação de comunidade, porque quando a gente fala de habitação, geralmente, a gente pensa ou é levado a pensar na moradia do indivíduo, da família, mas a gente está falando aqui em projeto de comunidade. Todo mundo está falando aqui em habitação coletiva. A gente está falando aqui em grupos, em agrupamentos de pessoas.

Então das três propostas que eu formulei, vou fazer um resumo. A gente pensa na importância de que a Secretaria fomente a autogestão dessas famílias. Certo? Então aqui tem bastante representação comunitária, bastante representação de vários movimentos. É importante que esses movimentos tenham gestão do processo dessas moradias, gestão do processo dessas comunidades e que a gente tenha acesso a esse Orçamento, que a gente possa propor nesse Orçamento e gerir o Orçamento nas nossas comunidades.

Também a gente propõe a criação de uma legislação específica que reconheça a autogestão da organização comunitária; tanto no corporativismo habitacional, que é o setor que eu represento, mas também de todos os movimentos que trabalham com agrupamento de

famílias. Que a gente possa ser reconhecido legalmente, que a gente tenha, claro, dentro dessa legislação, que a gente possa ser reconhecido como importância para a organização dessas comunidades e que a nossa proposta seja incorporada.

Quando a gente fala em moradia comunitária, a gente costuma ver modelos muito padronizados e que não dialogam com as necessidades das famílias. Então, quer dizer, o modelo que funcione em uma comunidade, de repente, não é necessário em outra, não é suficiente, não atende. Cada movimento, que está atendendo ou trabalhando em uma determinada região, vai ter um projeto específico. Se a gente vai falar de moradia no Centro ou se a gente vai falar de moradia em áreas de mananciais, merecem projetos diferentes. Então, quer dizer, só quem está no local atuando é que tem condições de fazer uma boa proposta.

Terceiro: investir nesse acompanhamento das relações dessas famílias. Uma comunidade não precisa só da moradia. A gente tem acompanhado bastante também depois que a moradia é entregue às famílias, e a relação entre elas é muito complicada. E isso não é pensado pelo Poder Público. A gente precisa pensar em mecanismos de acompanhamento das famílias para que tenha paz naquele ambiente, para que as pessoas vivam bem. Então, assim, a facilitação de diálogo entre vizinhos, mediação de conflitos, que seja contemplado, que seja previsto pelo Orçamento da Secretaria.

Muito obrigada pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Sirlene. A próxima inscrita é a Sra. Olga Luiza Leon de Quiroga, da Garmic - Grupo de Articulação para Conquista de Moradia para o Idoso da Capital e em seguida será o Sr. Natal Dias, da AMM Sul, que retornou ao plenário e já estava inscrito.

A SRA. OLGA LUIZA LEON DE QUIROGA - Boa tarde a todos e a todas. Que bom que vocês vieram. Estão gostando do que estão escutando? Não! Bom, vamos continuar, então.

Eu cumprimento os senhores do Poder Público por estarem aqui para poder escutar o povo, e esperamos que isso aqui tenha o melhor resultado. Estou falando em nome dos

idosos, deficientes, moradores de rua e segmento vulneráveis para os quais eu trabalho de forma voluntária.

Eu gostaria que vocês todos ficassem sabendo que no Município de São Paulo só existe um projeto de moradia para idoso, que é a Vila do Idoso, que abriga 200 idosos, sendo 92 solteiros e 55 casados. Só existe esse projeto para uma população de 385 mil idosos que precisam de moradia. E até para poder ir para a Vila dos Idosos, um idoso tem de falecer para outro pegar o lugar. Isso é muito triste, é muito ruim para a população idosa que está esperando. Têm muitos idosos que fizeram seu cadastro na Cohab nos anos de 1980, 81, quando ainda eram jovens, não eram idosos e hoje, que são idosos, com mais de 80, 85 anos têm muita dificuldade para sobreviver, por quê? Porque um aluguel nesta cidade, o mínimo é de 600 reais, e para quem ganha um salário mínimo, fica muito pouco para se manter, comprar remédio, que hoje em dia está faltando muito, e para viver dignamente.

Por isso a gente veio até aqui para fazer a seguinte proposta: que, desse orçamento, não se esqueçam da gente. Tem de lembrar que existe idoso que precisa de moradia, que há muitos idosos morando nas ruas, que tem idosos que já deveriam estar em sua moradia e que não estão.

A gente quer que seja incluído no Orçamento, em cada Subprefeitura, uma Vila dos Idosos, para não tirar o idoso da região, porque quando isso acontece, ele se sente abandonado, triste, porque deixou todo seu relacionamento longe. E também que no orçamento faça mais locação social, não só para idosos, mas para famílias de baixa renda, porque neste país tem uma lei que diz: todo ser humano tem direito à moradia digna e que moradia é direito, não é sorteio.

Obrigada! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado à Sra. Olga Luiza Leon. Quero dizer que houve um ato falho da nossa Secretaria, porque duas pessoas se inscreveram, mas interpretou-se que elas apenas tinham preenchido a proposta. Por isso vou inseri-las para garantir o uso da palavra.

O próximo a usar a palavra é o Sr. Natal Dias, da AMM Sul.

O SR. NATAL DIAS - Boa tarde.

Eu fico contente de estar na presença do Presidente da Cohab, do Alfredinho, do Turin e de todos. A gente está cansado de acompanhar sobre as audiências públicas e não ter respostas de muitas coisas.

Agradeço muito ao nosso amigo Alex, Presidente da Cohab porque ele foi muito solidário. O Alfredinho também prometeu algumas coisas para mim e até hoje não cumpriu - o que ele falou ao encontro do Presidente da Cohab e do Secretário da Habitação.

Considero que deveria ter uma atenção especial porque no ano 2007 estávamos em uma localidade e a parte administrativa da Prefeitura de Capela do Socorro tirou o pessoal de lá. Fizeram cadastramento e tudo, mas até hoje nada. No ano de 2009 entramos no Clube de Regatas Tietê e também nada. É incrível, no ano passado, nós começamos a brigar a favor do terreno da Demanda – o Presidente está sabendo, aliás, todos estão sabendo – e até agora não tomaram providencia. Agora todo mundo é dono. É pessoal que tem não sei quantas unidades e o pessoal que está lutando direitinho na lei até agora não tem resposta. Muitos já estão recebendo o número de demanda e até agora nada. O pessoal da MMSul está ali muito triste com essa situação. Mas nós vamos até o fim.

O rapaz estava falando sobre o auxílio aluguel. Vocês tiveram sorte por que faz dois anos e meio que venho pedindo o auxílio aluguel através da Prefeitura de Capela do Socorro e até agora não foi obedecida, até agora nada. O Presidente, que admiro muito, Alex, e nos deu muita atenção, pode fazer alguma coisa por nós porque é uma associação muito direita. Muito obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Natal Dias.

O próximo inscrito é o Sr. José Luiz Braga, da Associação Unificadora e Loteamento de São Paulo. Em seguida, será a Sra. Irani Dias.

O SR. JOSÉ LUIZ BRAGA - Boa tarde a Mesa, boa tarde a todos.

Queria lembrar vocês que a nossa entidade, a Associação Unificadora, vem lutando

há mais de 20 anos por regularização fundiária, melhoria nos bairros das periferias de São Paulo. Em maio de 2017, o Governo Federal regularizou a Lei 13.465, a chamada Lei do Puxadinho.

Nós, que trabalhamos na regularização fundiária, estamos muito animados porque é uma vitória, uma conquista porque toda vez que nós chegamos à Secretaria da Habitação, era uma dificuldade danada. Sempre tinha um obstáculo e pensávamos que essa lei nos ajudaria muito na questão dos loteamentos e não aconteceu nada disso. Militamos na região Leste com mais de 100 loteamentos e cada reunião que a gente vai lá é uma conversa. Estamos no terceiro Secretário da Habitação. Começou com o Chucre, depois veio o Aloísio e agora está o João Farias e a coisa não anda.

Eu vou dar um exemplo para vocês do Jardim Aurora. Cada vez que nós marcamos uma reunião sobre esse loteamento falam que está na boca do forno, que vai sair. Vai sair desde 92. Eu acho que já torrou no forno por que não anda.

O CRF é um setor importante na Secretaria de Habitação. As técnicas, a coordenadora Silvia nos atende muito bem lá, mas está sucateado, não tem corpo, não tem ninguém para dar um suporte para que esse pessoal nos ajude não só a Unifidadora, mas também outros loteamentos. Eu estou preocupado com isso, porque já cancelaram duas reuniões não porque elas não querem, porque elas não conseguem dar conta da demanda da Cidade toda. Então, eu quero deixar aqui meu protesto porque ali não pode ser um cabide de emprego. É um setor técnico muito importante para a habilitação, para regularização fundiária. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. José Luiz Braga. Próxima inscrita é a Sra. Irani Dias, da ALMEM, Associação de Luta por Moradia Estrela da Manhã.

Por fim, a reinscrição do Sr. Fábio Siqueira.

A SRA. IRANI DIAS - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde à Mesa.

Vim para ouvir sobre o orçamento, mas parece que eu vim para o lugar errado de

novo. Então, vamos falar da PPP.

Venho da zona Norte. Nós temos duas PPPs complicadas na zona Norte porque o edital diz uma coisa e a oposição e os amigos dizem outra e a realidade diz outra. E a população que mora nesse terreno fica pior ainda. Vou citar o caso do Violão onde as famílias estão há 40 anos e deveria ter um conselho de ZEIS, ser discutido algumas coisas antes de se indicar a PPP lá que não vai atender todas as famílias do Violão.

Vou dizer por que não vai: porque o Sr. Manoel que tem a casinha no quintal muito bem construída, o filho dele está na casa de cima, bem construída com água e esgoto, qual a vantagem que ele tem de ir para um apartamento que agora ele vai pagar sendo que ele investiu 40 anos na casinha dele? Isso vai ser um dado complicador.

Gostaríamos de discutir um pouco mais sobre isso. Estive em uma reunião com o Prefeito que me atendeu prontamente, ligou da mesa para você, para você marcar uma reunião na Vila Maria, você não me deu direito à fala lá na Vila Maria. Você me atropelou porque o Prefeito Regional levou os amiguinhos do Governo, os amiguinhos do mandato para me afrontar e para me atropelar em um pedido de reunião que era minha e você não me deu direito a falar então eu venho falar aqui. As famílias do Violão não vão aceitar essa PPP. Primeiro, porque vocês não conseguiram nem tirar os bandidos do terreno, lá é comandado pelo tráfico e todo mundo sabe disso. A Prefeitura leva a sua parte, todo mundo leva uma parte naquele terreno, o que é um escândalo dentro e fora do Brasil pela prostituição infantil que acontece lá e que ninguém resolve. A Polícia Federal foi lá, tirou os caminhões, mas voltou tudo de novo, está lá. Falou que a terraplanagem vinha em junho - não sei de que ano - e as famílias estão lá sendo minadas, ficando desesperadas, sem uma solução e sem saber de fato o que vai acontecer.

Não adiantou de nada a gente marcar aquela reunião porque se tivesse me dado direito a fala, eu contaria a história até o ponto que estava e ai sim vocês conseguiram entrar com a coisa, mas não foi dado esse direito, então a gente ficou do mesmo jeito que a gente já estava.

A PPP do Córrego do Bispo está pior ainda porque tem cerca de oito mil famílias para três mil unidades que serão construídas. Há famílias que estão lá há 23 anos e querem a regularização fundiária, não PPP. A gente precisa sentar e conversar isso direito, porque oportunismo político está reinando nas PPPs. Todo mundo vai falar da PPP no território, não traz solução para as famílias e as famílias ficam sendo usadas nesse joguinho político.

Então eu gostaria de um pouco mais de seriedade nisso, por favor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Irani.

O último inscrito é o Sr. Fabio Siqueira, na realidade, é reinscrição.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Como combinado, falamos só da Secretaria de Pessoa com Deficiência, Secretário Cid Torquato. É a velha história de sempre, a sua Secretaria não executa o orçamento. Pelo terceiro ano seguido a gente observa esse fenômeno.

Vamos dar exemplos: Central de Libras, intérpretes, guias intérpretes, executou-se, nos 10 primeiros meses, 80 mil reais, de um total de 1 milhão. É lamentável que esse assunto não tenha sido destacado na sua gestão.

Como também a verba do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, 30 mil reais para 10 meses, dá três mil reais, é insuficiente essa verba para um conselho tão importante.

Os projetos para inclusão de pessoas com deficiência executou-se 800 mil de um total de três milhões. É muito pouco você ter três milhões e executar só, em 10 meses, 800 mil.

Por fim, uma coisa importantíssima que é a capacitação e formação de trabalhadores, não executou nada, em 10 meses. É absurdo que uma secretaria não consiga executar a verba 80.88, bem como a projeção do liquidado para 2019 é menor do que em 2018, Secretário. É menor. Então não se está executando a verba de uma secretaria tão importante.

Não vejo, por exemplo, o que acontece, um horror, na Secretaria de Saúde de não executar o CER - Centro Especializado em Reabilitação: zero a dotação orçamentária. O que o senhor tem a dizer disso? O CER 4, CER 3 para atender a pessoa com mobilidade reduzida e

não está sendo executada essa verba.

Em resumo é isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fabio Siqueira.

Agora, retornamos à Mesa para a fala dos Vereadores presentes.

Com a palavra o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO - Boa tarde à Mesa e ao público que participa desta audiência.

Primeiro eu acho que temos de corrigir umas indiretas de injustiça, porque acho que injustiça a gente não pode admitir. O Programa Minha Casa Minha Vida é o maior programa de moradia popular da história deste país, iniciado no Governo Lula. Quando a Gestão Haddad assumiu praticamente não existia o programa Minha Casa Minha Vida na cidade de São Paulo.

O primeiro trabalho foi adquirir terras. Um dos motivos pelos quais não existia o programa aqui era porque não tinha terra disponível que é a principal contrapartida da Prefeitura, no caso, em São Paulo. No Brasil inteiro tinha, mas aqui em São Paulo não tinha exatamente por falta de terras.

Houve um preparo na Gestão Haddad, naquela época, em desapropriar terras e em licitar obras. Muitas obras que estão acontecendo, a Secretaria sabe muito bem que foram de processos preparados, algumas já licitadas, outras em andamento, e foram feitas.

Estou falando isso porque o correto, parabéns ao Secretário e à gestão que está aí, é continuar os projetos de outra gestão. Aqui foi apresentada uma ideia, uma proposta, de 25 mil unidades para o ano que vem. Acho que não vão conseguir fazer, mas se continuar este Governo ou se vier outro, o correto é continuar. Não pode parar.

Eu até cito números que acompanhei de perto. Eu vi aqui, por exemplo, só lá no Espanha, que é lá na Pedreira, foram iniciadas – e boa parte em estágios avançados quando assumiu a atual gestão – 3,8 mil unidades. Lá no Capão Redondo, dois projetos – (ininteligível) e Nossa Senhora Aparecida -, na faixa de 250 cada projeto. Lá na Barra do Jacaré e mais o Alexios Jafet, mais umas 1,5 mil unidades. Enfim, esse é um apanhado. Aproveito para

parabenizar mais uma vez o Secretário. Infelizmente, o Governo Federal não está repassando recursos. Algumas unidades habitacionais praticamente em fase final de entrega, e o Governo Federal não passa recursos. As empreiteiras paralisaram as obras porque têm que receber as medições, mas os recursos não estão vindo.

Fiz uma soma aqui de quase sete mil unidades, e não estou falando das que havia no Centro, que sei que eram muitas, e da zona Leste também, que tem bastante.

Uma pergunta direta, Secretário. Esta é uma questão matemática, que temos que ver se está errado, se foi engano. Acho até que foi a Ivaniza que falou sobre a alienação. É verdade que a proposta orçamentária feita é maior, desse ano para o ano que vem, na execução orçamentária da moradia. Só que grande parte do recurso dessa proposta está vinculada à alienação. Isso foi um negócio que não deu certo. O governo Doria, quando entrou, fez uma baita de uma propaganda, que é o estilo dele, fez propaganda de tudo; e nada do que foi aqui privatizado ou que houve concessão, até agora não funcionou, não entrou dinheiro. Então, é um risco ficar na dependência da alienação, porque podem não virar esses recursos, podem não acontecer, podem não ser reais. E a fonte 00, que é a mais certa, porque são recursos diretos dos impostos arrecadados na Cidade, é que banca a maior parte desses financiamentos.

A dúvida é a seguinte: regulação fundiária, assim como urbanização, são duas propostas importantes para resolver o problema da habitação. Porque são moradias precárias. Quando você urbaniza, você não tira as pessoas e melhora as condições de vida delas – no caso da urbanização de comunidades –; e a regularização fundiária, pois grande parte da Cidade está irregular. Em 2019, em vi que oito mil famílias foram beneficiadas, com um gasto de 123 milhões. Para 2020, estão previstos 150 mil, e uma previsão orçamentária de 132 milhões. Quantos por cento equivalem oito mil de 150 mil? É uma conta maluca. E só com nove milhões? Precisa ser explicado se será feito um milagre e de onde vem o dinheiro, porque não dá, é praticamente impossível. Quero entender isso. Você prevê 150 mil para o ano que vem com um orçamento de 132 milhões, aumentando em relação ao orçamento do ano anterior

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 46 DE 72

somente nove milhões. Pode ter sido um erro, ou pode ser outra proposta, que do Secretário, que não entendemos.

Eu tenho uma relação muito próxima com o João, conheço-o desde menino, ele diz até que eu o carreguei no colo.

Secretário, eram essas as minhas dúvidas. Quero também parabeniza-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo e por ter nos recebido. Nós votamos aqui o projeto que beneficiou o pessoal do Minha Casa Minha Vida, com isenção de IPTU, ISS e também ITBI. Qualquer proposta que vier para cá que for para ajudar o movimento de moradia, independentemente de sermos oposição, iremos votar. Não levamos em conta isso; se for para ajudar o povo, por que não votaríamos? Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente. Há algumas perguntas que já vimos dirigindo à Secretaria de Habitação há bastante tempo. Vejo o quanto a Secretaria tenta dar andamento e tomar providências, mas algumas coisas fogem ao seu alcance.

Em relação ao Residencial Espanha, acompanhamos o conflito existente entre a finalidade do empreendimento e a forma de financiamento. Foi um empreendimento alegadamente feito para que pessoas que moravam em áreas de proteção de nascente, de manancial, beira de represa etc., que pudessem sair de lá e ir para o Residencial. Mas, quando chega aos critérios para o financiamento da moradia, o Minha Casa Minha Vida às vezes não contempla famílias que, pela localização, teriam direito ao Residencial Espanha. Aliás, eu tive reunião com o Eduardo Debrassi - não me conformei, não me acostumei. Naquela ocasião, a reunião foi com o Eduardo porque acho que o senhor estava em Brasília tratando disso com a Caixa Econômica Federal, com a Secretaria Nacional que herdou tarefas do Ministério das Cidades. A Câmara Municipal até aprovou requerimento para que a direção da Caixa Federal viesse falar conosco, com os Vereadores, para tentarmos resolver esse problema. Quero saber se o senhor teve algum sucesso nessas tentativas.

Também em relação a uma pendência difícil, que é o Residencial relacionado ao Parque Linear do Córrego da Água Podre, no Butantã. Eu sei que o senhor também vem acompanhando a dificuldade de dar prosseguimento aos projetos.

Quero saber também sobre o andamento do projeto de locação social, voltado especialmente para a população em situação de rua. Também foi concluído nesta gestão aquele projeto que vinha de dois governos atrás, do Asdrubal do Nascimento, processo superbem conduzido, que, a meu ver, é um modelo a ser ampliado. Quero também saber se a Secretaria da Habitação está envolvida com o prosseguimento disso. Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Deputado Estadual Dr. Jorge do Carmo.

O SR. JORGE DO CARMO – Boa tarde a todos. Boa tarde ao nobre Presidente desta Comissão e desta audiência pública, Vereador Alessandro Guedes. Cumprimento meu Líder da Bancada do PT, Vereador Alfredinho. Cumprimento os Vereadores Soninha Francine, Zé Turin e Atílio Francisco. Cumprimento o Secretário João Farias; o Presidente da Cohab, Alex Peixe; os demais componentes da Mesa, e todos os demais presentes nesta audiência pública que vieram para tratar da cultura e da habitação.

Quero saudar todos os movimentos sociais que estão presentes, todas as pessoas, sem exceção, em especial os companheiros da Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo, uma entidade onde eu comecei minha luta, e continuei nela juntamente com os companheiros que aqui estão. Cumprimento também a Vereadora Juliana, que retornou à Mesa.

Sr. Secretário, as pessoas que me antecederam já foram muito objetivas nas ponderações. Fiz questão de vir a esta audiência pública porque especialmente a habitação é uma área na qual milito muito, principalmente em relação à posse e à propriedade da terra e regularização fundiária urbana. Sempre fiz questão de atuar e hoje, mesmo estando na Assembleia, reservei esta tarde para vir a esta Casa, onde trabalhei por muitos anos.

Falar sobre o Orçamento é sempre uma dificuldade. Todo ano, na hora de discutir o Orçamento, é a mesma coisa, aparecem as dificuldades. Como as pessoas que me antecederam disseram, existem as previsões orçamentárias e, e entre elas, a alienação de bens, que, como muito bem já esclarecido, é algo ainda incerto. Por, isso, não dá para contarmos com algo de que não temos certeza se vai acontecer; não dá para prever algo que é incerto. Como disse o Vereador Alfredinho, as privatizações, uma marca do Governo Doria/Covas, não têm dado certo. Eles têm privatizado, mas não têm obtido retorno para o bem-estar das pessoas. Se privatização fosse bom, muita gente teria suas condições de vida melhoradas, o desemprego teria diminuído e muita moradia já teria sido construída.

Vamos usar a desocupação como exemplo. Há mais dinheiro para desocupação do que para locação social. Ou seja, é mais importante fazer a desocupação dos prédios ocupados e resolver a questão das marginais. São 16 milhões para desocupação e 13 milhões para locação social. Então, a prioridade não é construir e sim desocupar. Claro que o Secretário não falou isso, mas é o que os números dizem.

Aliás, o Secretário fez uma apresentação que, a meu ver, fica até difícil pontuar algumas questões, já que ela não está detalhada; o Secretário foi muito sucinto para uma Pasta de tamanha importância. Alguns detalhes eu peguei direto das informações que eu tenho por conta da forma como foi sucinta a apresentação tanto do Secretário como a do Presidente da Cohab.

Falando em regularização fundiária, quero saudar a Silvia, de quem estamos sempre cobrando. Quando acontecem as reuniões, ficamos preocupados, porque achamos que a regularização não é prioridade. Algum problema está tendo e, muitas vezes, sabemos por que cai: porque falta investimento e faltam técnicos, material humano, a coordenação da regularização fundiária. Sei que não é má vontade das pessoas que lá estão, mas porque é insuficiente devido a tanta demanda da Cidade, com tantos loteamentos e parcelamentos irregulares. Respondendo ao Paulo Sérgio, que falou dessa questão, acho que é importante, ao invés de se fazer investimento para desocupação, se fazer investimento para permanência

das famílias que já ocuparam, para regularizar, para desapropriar, para ter banco de terra ou investir na regularização onde as pessoas já estão morando.

É preciso, portanto, que haja um olhar social e carinhoso para a habitação, especialmente para a questão da regularização.

Sr. Presidente, 210 mil lotes eram a meta do governo. Três anos depois, apenas oito mil estão sendo entregues. A previsão é de que, no ano que vem, em 2020, mais de 150 mil terão que ser entregues. Imaginem o milagre que terá que ser feito lá na CRF. Realmente um milagre, porque, com todas as dificuldades, se em três anos só foram entregues três mil, como vão entregar 150 mil com menos recursos? A previsão é de que vão conseguir alcançar 160 mil. Tomara. Quero que alcancem os 210 mil, não apenas os 160. Agora, há estrutura para isso? O departamento, a Coordenadoria de Regularização Fundiária foi equipada? Há recurso investido lá? Apenas dez milhões a mais, e, com dez milhões a mais, vão entregar mais 140 mil unidades.

Por isso, é preciso que V.Exa. explique isso, Sr. Secretário. Quero parabenizá-lo pela condução da Secretaria e pedir que V.Exa. explique isso, porque precisamos ter respostas no dia a dia e no decorrer do ano, pois a comunidade nos cobra – cobra o deputado, cobra o movimento social, cobra o vereador – e não temos respostas à altura devido à falta de investimentos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Deputado Dr. Jorge.

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, na figura de V.Exa., cumprimento os demais Vereadores e autoridades aqui presentes. Meu cumprimento especial vai para a população e os movimentos sociais de moradia que estão presentes. Aliás, na cidade de São Paulo, três setores são muito articulados e mobilizados politicamente na relação com o governo, com os Vereadores e com os Poderes Legislativo, Executivo e até mesmo com o Judiciário: a saúde, a habitação e a assistência social; não exatamente nessa ordem.

Ouvimos muito aqui sobre o que é dialogado com os movimentos sociais, já que, diariamente, estamos muito juntos. Objetivamente temos que compreender que hoje, na cidade de São Paulo, no final do mês de novembro, o Fábio, juntamente com as nossas bancadas e assessorias, já verificou que ainda consta em caixa a quantia de 12,8 bilhões de reais, ainda não gasta. Isso significa que, até o final do mês, segundo as informações que temos, o Tesouro já vai estar fechado. Isso significa que o que foi licitado e destinado como recurso até o final deste mês, ainda poderá ser executado ainda este ano ou no início do próximo.

Essa política tem que ser visualizada sob a ótica do nosso tema. Percebemos que todos os projetos de moradia populares que foram executados iniciaram primeiramente no próprio movimento, que foi atrás da organização do terreno e dos recursos financiados pelo Governo Federal por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, juntamente com o Governo Municipal, que cobra diariamente. Aproveito para externar o bom diálogo que tenho tanto com o Presidente da Cohab, o Alexsandro Peixe como com o Secretário Municipal da Habitação João Farias. Sempre falo que, na política, temos que preservar pelo menos o respeito. Podemos ter pensamentos diferentes, mas, quando se fala em política pública, pelo menos o diálogo e o respeito temos que ter. E isso, infelizmente, em outras secretarias a gente não tinha. Aliás, quando o Doria chegou a gente pouco tinha oposição e o PT um diálogo com o governo. Quando chega o Bruno Covas, aí a gente começa a ver outros secretários e um diálogo melhor, não que resolvam a nossa vida e não que resolvam a vida da população, mas, pelo menos, tem uma abertura de diálogo.

Dentro disso, eu queria entender melhor: quando vocês colocam os projetos que, inclusive, de alguns eu até participei, mas que foram projetos pensados pelo governo, ele veio do movimento de moradia, veio da Minha Casa, Minha Vida e que vão ser entregues. Qual é o projeto daqui até para o final do tempo que é mesmo do Bruno Covas, que é pensado para moradia popular, já que o que é de articulação política, de movimento de moradia, dessa relação de mutirões, esse recurso absurdo que está sendo colocado para a desocupação de terreno... Sabem que ao chegar aqui na Câmara, Vereadores, o primeiro período que eu

peguei foi o da gestão Kassab que mais fez reintegração de posse na cidade de São Paulo. Eu me lembro de que nós, do movimento de moradia, não tínhamos sossego. Era uma reintegração atrás da outra, principalmente na zona Leste.

Então, eu acho que vocês têm uma articulação com o movimento social muito bem organizada, porque é esse movimento que pensa em moradia popular. Por que será que a gente não olha a relação do orçamento da Cidade? Em vez de a gente desocupar, em vez da gente reintegrar por que a gente não pensa em conjunto sobre moradia popular, que muitas vezes pode ser vinculada à relação de empreendimento de mutirão ou até à PPP, que vocês tanto dialogam? O Estado também está com um projeto que, realmente... Uma pessoa que falou aqui que quem realmente precisa, não recebe. E é verdade. Mas aqui, na cidade de São Paulo, eu acho que tem um caminho. Orçamento tem. A gente saiu de 60 bilhões e foi para 68 bilhões de reais na peça apresentada aqui na Casa. E quanto disso vai para a moradia, sem que a gente precise ter recurso do governo federal? O que esta prefeitura e o que o Bruno Covas vão fazer, de fato, para a moradia popular, a não ser trazer para a gente reintegração de posse?

Muito obrigada a todos e vamos embora para a luta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Vereador Relator Atílio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Sr. Presidente, ouvindo todos os questionamentos, todas as propostas, só quero me colocar aqui à disposição. A gente vai procurar fazer o melhor dentro daquilo que é possível fazer.

O deputado falou bem, que a proposta, dentro do orçamento, tem esses valores de alienação de bens. São valores que você não sabe se vai poder contar ou não com eles para poder tocar as demandas que constam do próprio orçamento.

Eu estava até falando aqui para os meus pares que o Fábio Siqueira sempre participa das audiências públicas. Ele consegue arrumar sobra de dinheiro em todas as

secretarias, o que a gente, como relator do orçamento, não consegue enxergar, porque a gente busca recurso para poder aplicar, atender tudo aquilo que vocês propõem, e a gente não encontra. A gente tem essa dificuldade, porque para mim, como relator, e a própria Comissão de Finanças que nos ajuda, a Soninha, o próprio Presidente e outros Vereadores que nos auxiliam na questão da relatoria, a Comissão de Finanças e Orçamento, a assessoria que a gente tem, são profissionais de alto relevo de competência... A gente trabalha muito, a gente estuda muito para poder dar o mínimo de atenção para vocês. É o mínimo. Às vezes, vocês pedem aqui coisas mínimas, coisas básicas e a gente procura mecanismos para arrumar recursos para poder dar atenção a essas demandas. E é difícil, não é fácil. Muitas vezes, somos criticados por muitas razões, e quando, às vezes, a gente coloca no orçamento alguma demanda de algum par, de algum vereador também, o próprio vereador nos solicita essa demanda, porque ouviu várias associações, várias comunidades também reivindicando dele uma posição para ajudar. Enfim, é um trabalho realmente difícil. É um trabalho que não é fácil. E a gente fica, ano após ano, ouvindo determinadas falas da população; pessoas que, às vezes, sobem à tribuna e colocam o coração naquilo que estão falando e a gente fica totalmente sensibilizado; e outras que já têm maturidade e chega e fala com propriedade e também cobram com afinco aquilo de que realmente necessitam. E a gente procura, da melhor maneira possível, atender dentro dos recursos que nos são viáveis.

A gente está fazendo essas audiências. A gente está fazendo um levantamento, acumulando todas as demandas. A gente vai fazer um pré-relatório para debater com o Secretário da Fazenda para ver o que poderá ser feito e o que não poderá ser feito. Enfim, vocês nunca, jamais, não no meu caso, mas se fosse qualquer outro vereador que estivesse aqui na relatoria, estaria sempre, sempre do lado de vocês, podem ter certeza disso. É que eu, como pessoa religiosa que sou, falo muito para as pessoas que milagre é só Deus que pode fazer, e a gente, dentro do conhecimento que a gente tem, do relacionamento que a gente tem com a população de São Paulo, a gente sempre procura fazer o melhor.

Eu parabenizei o Secretário Cid Torquato. Também sei da luta do João, com as

demandas que ele enfrenta na Secretaria. Enfim, todos os secretários têm as suas lutas, e todos procuram fazer, dentro dos recursos que têm, o melhor. E nós não vamos fazer diferente neste ano. Independente de pensar que no ano que vem tem eleições, querer fazer as coisas para agradar, para fazer alguma coisa de maneira diferente do que a gente tem feito, a gente vai procurar dar o melhor, dar o máximo, dentro daquilo que é possível, para fazer um relatório adequado, pelo menos dentro das prioridades que muitos de vocês apresentaram.

Contem conosco. O nosso gabinete está à disposição. Lá, no 10º andar, na sala 1010, podem procurar a minha assessoria, o Sérgio que está encabeçando isso para apresentar as demandas de vocês, e vamos trabalhar. Vamos juntar forças e fazer o melhor para que em 2020 possamos ver horizontes melhores para a nossa cidade e para a vida de toda a população de São Paulo, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Atílio Francisco.

Agora, eu irei fazer os meus questionamentos.

Boa tarde, eu quero cumprimentar todos os municípios aqui presentes nesta importante audiência pública; a representação da Mesa; os Secretários presentes – da Habitação, da Pessoa com Deficiência –, e o presidente da Cohab.

Quero aqui dizer para os Vereadores e Deputados, que atuam fortemente nessa área, que a importância desse tema precede qualquer discussão, qualquer audiência. Percorremos a Cidade, identificamos e lidamos com esse tipo de problema. A população nos cobra, solicita ajuda, e é um problema que não é de uma gestão. É um problema da Cidade, que todas as gestões têm de ter como prioridade o enfrentamento para poder diminuir um pouco o sofrimento dessa população.

Quero aqui dizer que na Secretaria de Habitação e na Cohab – como bem falou aqui a Vereadora que me antecedeu –, temos hoje uma abertura de diálogo e quero agradecer isso, porque nós, que atuamos nessa linha de ocupação, movimento de moradia, luta por regularização fundiária; entidades que trabalham com moradia popular, com a discussão de movimento de moradia, enfim, nós, toda semana, todo mês, temos demanda para despachar

com vocês. E tanto com o Secretário Chucre, como com o Secretário Aluísio, e agora com o João Farias, a gente tem encontrado uma abertura ao diálogo para que a gente possa discutir, tentar sensibilizar, levar a comissão de moradores e tratar dos problemas. E na Cohab também não é diferente, tanto com o Edson Aparecido – que passou por lá e que sempre nos deu muita atenção -, e agora com o Alex, que também quero agradecer, isso faz com que a gente tenha esperança que as coisas se encaminhem para quem mais precisa. Mas isso é bom de um lado, mas aumenta a responsabilidade de vocês do outro, porque quando a gente vai lá... Eu já cheguei na Cohab, na Sehab com 20 pontos diferentes, com 20 lideranças diferentes, de bairros diferentes, e o Secretário Chucre ficou duas horas na reunião e ele suava, coitado, de tanta coisa e tanto problema que tinha. Problemas como os que foram apresentados aqui, de moradia de famílias, de terrenos que têm conflito judicial, aquela discussão judicial da reintegração de posse, mas que o morador queria comprar terra, o proprietário queria vender a terra e a Sehab precisava mediar esse conflito. E quando a Sehab entra, quando a Secretaria entra nessa discussão, muda o patamar. O proprietário passa a ter segurança em um diálogo quando ele vê a Prefeitura presente. E assim nós já tivemos a felicidade de evitar várias desocupações. Várias famílias deixaram de perder o seu teto graças a esse diálogo e a essa abertura que deve haver. E, com isso, faço referência à gestão passada, porque o Prefeito Haddad dialogava muito e com ele conseguimos avançar muito nesse sentido, e hoje, nós também estamos trabalhando aqui, junto à Prefeitura, para que possamos continuar avançando nessa situação.

Secretário, o senhor sabe da importância que tem uma comunidade, que é irregular, e que a luta da comunidade é pela regularização, por um endereço, por um simples CEP, para que chegue uma correspondência, para que chegue uma mercadoria das Casas Bahia, qualquer tipo de mercadoria comprada pela internet. Às vezes, as pessoas não têm o endereço para comprovar nem no posto de saúde, de que elas moram naquela região, nem em uma escola.

Então, a luta começa daí, mas também começa uma luta que aí nós estamos

falando de dignidade que é obrigação do poder público municipal autorizar que nas comunidades consolidadas a Sabesp e a Aneel possam entrar e fazer a regularização da água e da luz. Isso é uma obrigação nossa. Não podemos ver aquelas mangueiras passando dentro de rio e de córrego, abertas para os carros passarem em cima, ressecadas, minando água para tudo quanto é lado. De um lado a água sai, do outro lado o micrório entra e vai para o copo da água que as pessoas que bebem ali sem ferver, sem tratar e ficam doentes onerando o sistema de saúde e também por uma incapacidade nossa. Temos avançado nisso, reconheço, temos apresentado as demandas lá no CRF e a Sílvia, que já foi feita a referência, tem nos ajudado nesse sentido. Entretanto, precisamos avançar mais para que agentes públicos, funcionários públicos como citei aqui, do CRF, do Secretário e outras pessoas que passaram lá tenham segurança jurídica para falar que não tem impedimento de fazer isso, a lei me respalda e a lei que estou falando que respalda é esse projeto de lei que iremos aprovar em segunda votação e estou dialogando com o senhor, que é o PL 637/13, de minha autoria, que trata justamente dando segurança jurídica para o funcionário público da Prefeitura pode autorizar que a Sabesp e a Aneel faça a instalação de água e luz, mesmo que provisoriamente, nas comunidades carentes que ainda não tem.

Tenho dialogado com o Secretário que está aberto nesse sentido, propôs algumas mudanças no projeto para que ele oriente a indicação da sanção em vez do veto do Prefeito e vamos trabalhar essas alterações para que ele seja sancionado, dê segurança para os funcionários e dignidade para a população.

Regularização fundiária da Cidade, não precisa falar. A cidade inteira, eu não sei qual é a porcentagem da nossa cidade que é irregular, você poderia até me falar porque é muita coisa, por onde a gente passa sabemos que o processo de regularização de um assentamento clandestino, um loteamento irregular leva mais de 30 anos, às vezes. Então, essa questão de um investimento sério nessa situação é importantíssimo, principalmente, porque as famílias, nós não estamos aqui para sempre, nós morremos e queremos deixar nossas casas reguladas para os nossos filhos. Imaginem o transtorno que é as famílias que

passam por isso e são várias. Existem casos de família que tem um deficiente na família que não conseguiu regularizar suas casas, pessoas idosas de 75 anos, já lidei com um caso desses, um casal de 75 anos, com um filho especial de 40 e a casa não era regularizada, não tinha nem a segurança jurídica naquela família. Precisamos tratar isso com muita sensibilidade.

Eu queria saber, secretário, de fato qual a previsão de entrega de moradia construída nessa gestão, até o final do ano que vem, qual é a previsão de moradia porque uma coisa é moradia construída, outra coisa é aluguel social. A gente entende que, às vezes, temos que apelar para o aluguel social porque aquela família vai ser desapropriada e não tem jeito, ou você a acolhe momentaneamente, ou ela vai para debaixo da ponte. Ele deve existir, mas quanto menos a gente puder investir em aluguel social e esse dinheiro investir na construção de moradia é melhor para todo mundo.

Gostaria de saber se separando o aluguel social da construção de moradia da apresentação que o senhor fez, qual é a previsão? Foi falado que foram entregues oito mil, mas qual é a previsão até o final do ano que vem de ser entregue moradia construída na cidade? Ou pelo menos em estado avançado de construção?

Existe um projeto que foi implantado pela gestão passada do Prefeito Haddad que oferecia, acredito que era um aluguel social, para mulheres vítimas de violência doméstica. Eram pouquíssimas mulheres porque era um projeto novo. As mulheres quando passam por problemas de violência doméstica, às vezes, tem aquela situação da mulher que não trabalha fora de casa, apenas do lar, cuidando dos filhos, cuidando da casa, do esposo e ela é vítima de violência e não encontra amparo nenhum para sair daquela situação já que o arrimo financeiro da família é o marido e ele aproveita daquela condição financeira para humilhar, achincalhar, maltratar e judiar da mulher.

O governo passado se preocupou em lançar um programa que atendia mulheres, mesmo em número pequeno, mas era alguma coisa, atendia mulheres vítimas de violência. Ela tinha o amparo do Estado para poder ter um aluguel social para se separar daquele agressor e começar sua vida de novo. Eu gostaria de saber sobre esse programa, se ele ainda existe, e

como que está ele na Secretaria hoje?

Eu queria também falar rapidamente em relação à regularização fundiária por parte da Cohab. Nós tratamos da região do Jardim da Conquista e da região da Cohab Cidade Tiradentes há muito tempo e conseguimos entregar milhares de TQs na gestão passada, inclusive, nosso mandato atuou muito nisso, que são os Termos de Quitação. Muitas pessoas já pagaram e não tem nenhum Termo de Quitação por uma coisa ou outra, uma burocracia ou outra, irregular e lá no Jardim da Conquista nós temos uma discussão sobre o lote 10, 9 que envolve milhares de famílias e o nosso mandato está empenhado em ajudar essas famílias. Eu gostaria de saber como está o avanço dessa discussão de entrega de TQs e especificamente esse lá do Conquista, de Cidade Tiradentes, para a Cohab.

A inclusão dos idosos deve ser prioridade, deve ser prioridade, tanto a inclusão dos idosos, como também foi falado aqui daquela planilha que tem pessoas com algum tipo de deficiência muitas vezes filhos e precisa ser aumentada a cota de atendimento dessas famílias. Tem o caso do Pinheirinho lá que o Conselho Tutelar ia separar a família a criança de um ano dos pais porque a luz era irregular, caia o oxigênio da criança que tinha de ficar ligado na luz e a criança ficava lá naquela situação desfalecendo, um dia foi socorrido pelo SAMU, que atolou porque era um período de chuva, ficou lá a noite toda a UTI travada dentro do Pinheirinho e no outro dia o SAMU falou que não atenderia mais nessa situação, ou vocês mudam desse bairro, ou vocês regularizam a luz, ou o Conselho Tutelar tira as crianças de vocês.

Então, são situações que só sabe quem passa isso na pele e é muito triste. Temos obrigação de olhar para o idoso de forma diferente e para o deficiente diferente nessa situação. Nós queremos contribuir com o Orçamento e enquanto Comissão de Finanças para que o orçamento melhore se for o caso e que consigamos encontrar como vocês apontam aqui diversas necessidade e que a gente consiga encontrar caminhos para contemplar para que diminua um pouco o sofrimento das pessoas e cumprimento aqui o Secretário Cid Torquato e colocar aqui à disposição a Comissão de Finanças para que possamos receber da Secretaria, como ele falou, temos necessidade de um orçamento maior para discutir outras questões que

possamos receber dessa Secretaria os apontamentos para que possamos trabalhar e tentar corrigir e atender as demandas que vocês sabem, vocês vivem e dialogam sobre isso todos os dias da necessidade de ter um orçamento maior para resolver os problemas.

Quero dizer, Sr. Secretário, que 16 milhões para desocupação de prédios públicos não dá e aqui temos uma briga boa de se fazer aqui na Câmara Municipal. Eu queria propor que em vez de a gente gastar 16 milhões para desocupação de prédios públicos, a gente poderia desapropriar o terreno e dar para essas famílias morarem que aí você terá 200 famílias atendidas, 400, 600, famílias atendidas porque se você desocupa as famílias, vocês vão jogá-las nas ruas? No aluguel social? É um problema criado. Se você desapropria o terreno, você resolve o problema porque você paga para o dono e arruma casa definitiva para essas famílias.

Muito obrigado. (Palmas)

Retornando, aqui, à Mesa, desculpem-me por me estender tanto. Eu quero passar, de imediato, a palavra para o nosso Secretário Cid Torquato, para fazer as suas considerações.

O SR. CID TORQUATO – Pessoal, política é o exercício da boa-fé.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Se puderem aumentar um pouco o microfone do nosso Secretário, eu agradeço.

O SR. CID TORQUATO – Política é o exercício da boa-fé, do respeito, da crítica construtiva. Nesse sentido, eu quero repudiar a intervenção do munícipe André Anselmo, que é um baderneiro conhecido, com vários BOs, vários inquéritos, em situações exatamente como esta – agressão a gestores públicos, insulto, calúnia. É uma pessoa que não sabe jogar o jogo político e vem com dados distorcidos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu peço que o senhor permita que o Secretário possa se expor. O senhor pode, depois, inclusive, requisitar as gravações e tomar as medidas cabíveis, se o senhor se achar ofendido, Sr. André.

O SR. CID TORQUATO – Então, eu queria que vocês conhecessem e soubessem

quem é, porque é um baderneiro conhecido. Ele vem para tumultuar as questões. Distorce dados e usa-os contra uma gestão idônea, aberta e respeitosa, como a nossa. Então, dados errados são usados de forma equivocada.

Todo mundo está aqui de boa-fé. Todo mundo está aqui até agora, cansado. Uma audiência dessas é algo cansativo e de boa-fé. Então, temos de repudiar esse tipo de atitude, esse tipo de comportamento. Essa é uma pessoa que, com certeza, mais cedo ou mais tarde, vai ser presa, porque tem vários inquéritos em andamento e, já, já, vai ter problemas maiores. Então, é só para pontuar com quem estamos lidando.

Com relação às questões da Secretaria, há dados equivocados apresentados pelos municípios. Neste ano, zeramos o Orçamento. Ainda há muita coisa acontecendo até o final de dezembro e, muitas vezes, o próprio *site* da Fazenda é desatualizado, nesse sentido. Então, nós vamos zerar. Nós vamos, sim, usar o nosso Orçamento.

Como eu disse, a Secretaria da Pessoa com Deficiência, além de tocar alguns poucos projetos, é indutora de vários outros. Então, por exemplo, estamos fazendo uma compra grande, agora, de piso tátil para as Subprefeituras. Por uma série de razões culturais e históricas, eles se esquecem. Não têm conhecimento técnico. Então, induzimos esses processos com essas ações.

Na Educação, como eu disse, nós estamos dando para 250 alunos, neste ano, e para mais 200, no ano que vem – e isso vai continuar –, materiais de que eles precisam para performar, para ter boas atuações. Nós, como Secretaria, estamos ofertando isso. Não é a Secretaria de Educação.

Então, é para esses processos indutores, inovadores, como a *van-oficina* e outros, que nós precisamos desses recursos já existentes e, idealmente, algo a mais, para que possamos ampliar esse trabalho junto às Pessoas com Deficiência.

De um modo geral, a questão do Atende já está sendo encaminhada. Abrimos interlocução com a associação e já questionamos o Atende sobre isso. Estamos esperando uma resposta. O Ferrari veio, também, com dados equivocados, mas eu estou aberto – para

você, se quiser, e para todos vocês, para qualquer munícipe visitar a nossa Secretaria, conhecendo melhor o trabalho que está sendo feito. Eu sou suspeito para falar, mas eu acho que é um trabalho excepcional e não dá para jogar pedra. Dá para ajudar a construir.

Para vocês terem uma ideia, só quantitativa... A qualitativa é uma questão que podemos aprofundar e conversar em outro momento. Em 2016, último ano da gestão passada, ao longo do ano inteiro, foram feitas 40 ações. Aconteceram 40 coisas, “drivadas”, ou seja, executadas pela Secretaria. Em 2017, nós fizemos 140. Em 2018, foram 300. Neste ano, nós vamos passar de 400 ações.

Ou seja, nós estamos conseguindo multiplicar os recursos que nós estamos recebendo por várias vezes, mas é uma gestão reconhecida pela própria Prefeitura, pela sua eficácia. Em termos de economicidade e uso dos recursos, nós conseguimos ficar entre os dois ou três primeiros da Prefeitura.

Então, de novo, não vai dar para explicar tudo isso agora. Quem tiver interesse de conhecer melhor, por favor, nos procure. As portas estão sempre abertas e eu digo que boas ideias são nossa matéria-prima. Tragam boas ideias, porque, juntos, de forma respeitosa, de boa-fé, nós construímos, e não de má-fé, para destruir o que está sendo feito com muito respeito à população de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Secretário Cid Torquato. Tem a palavra o Presidente da Cohab, Sr. Alex Peixe.

O SR. ALEXANDRO PEIXE CAMPOS – Presidente, quero pedir autorização para o Secretário, se eu posso falar, aqui, em nome da Cohab. Obrigado.

Desculpem. Obrigado, Presidente. Obrigado, Secretário João Farias. Quero muito agradecer a presença de todos, de novo. Lamentavelmente, muitas pessoas foram embora. É claro que a audiência precisa de um tempo.

Quero pedir desculpas para vocês por conta do estranho destempero do Fábio Siqueira, que afirmou que a PPP da Cohab é mentira. Está mal informado. Não leu o edital. Se

tivesse lido o edital, saberia como seria o Orçamento, a liquidação e tudo mais. Não há liquidação agora. Não há empenho agora. É um capital externo. Depois, a Prefeitura vai reembolsar. Enfim, também quero informar que a PPP vai atingir 60% de HIS.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Na primeira licitação da PPP, foram seis lotes. São 12 lotes. Seis foram contemplados lá, onde vão começar as obras de 13.180 unidades. Vamos licitar, ainda neste ano, mais 12 mil unidades, completando quase 25 mil unidades.

Só para lembrar vocês, também, com relação à quantidade que foi falada, aqui, pelo Vereador Alfredinho, a gestão do Maluf fez 11 mil unidades. O Pitta fez oito mil unidades. A Marta fez 18 mil unidades. O Serra e o Kassab fizeram 14 mil, finalizando com 20 mil unidades. O Haddad fez 11 mil unidades e a gestão Bruno Covas vai entregar 25 mil unidades, viabilizando mais 25 mil unidades – praticamente, 50 mil unidades – nos dois mandatos, fora o que o João está fazendo, lá. Vai se somar com a Habitação e vai passar de 60 mil unidades, nos dois – este mandato do Prefeito e o próximo mandato, quem quer que seja o Prefeito.

Falando aqui também de Guaianases: lá serão 2.600 unidades. Foi a Maria Aparecida quem falou, e que está com cadastro de 2006. Então eu queria dar um alerta: tem de atualizar o cadastro da Cohab, anualmente. As pessoas têm a mania de no cadastro achar que quanto menos informação, mais chance terá, mas é ao contrário. A Cohab é uma empresa, não pode dar apartamento para ninguém, ela vende apartamento subsidiado pela Prefeitura, a perder de vista, em 240 meses sem juros, mas para isso tem de ter um critério.

Vocês tem ideia da população de São Paulo em 1950? Éramos dois milhões de habitantes, hoje nós estamos em quase 13 milhões. Onde tem emprego no Brasil? Em São Paulo. Para onde todo mundo vem? Para São Paulo. São Paulo acolhe migrante e imigrante. Eu mesmo sou catarinense, sou um migrante. Muitos aqui também devem ser de fora. Quer dizer, só São Paulo, São Paulo é uma locomotiva. De um jeito ou de outro, a pessoa vai se

virar, vai num parente ou num amigo. Aí tem lá os programas da Prefeitura, onde o João se empenha para atender o máximo de gente possível. Pessoal, que político que não gostaria de entregar uma chave de um imóvel para cada um que precisa? Você acha que o Secretário não queria atender todo mundo? Só na Cohab são 130 mil inscritos, atualizados.

Ela falou que tem inscrição de 2006. Então qual é o critério para atendê-la? Tem de ter um critério, tem uma fila. Temos um computador, aprovado um sistema que faz uma fila. Quando a pessoa omite os dados acaba saindo da fila. Então coloca o dado certo, a renda da família inteira. Quanto todo mundo ganha, 3 mil, 4 mil, 2,5 mil? Ponha a renda toda. Tem fundo de garantia? Coloca também porque o computador vai checando quem tem condições mínimas de pagar. Isso vai eliminando as pessoas da fila.

Outra coisa com relação ao PPP e as unidades habitacionais da Cohab: tem gente vendendo inscrição, tem gente vendendo unidade sem nem estar construída. Isso não existe, não vendemos cadastro. Qualquer um que vai oferecer alguma vantagem para você, procure a Cohab ou a Sehab. Não caia no conto do vigário, e tem gente fazendo isso, tem um monte. Nós mesmos prendemos em flagrante um corretor vendendo unidades habitacionais, isso é um crime. É uma judiação, a pessoa trabalha, e o *cara* oferece uma chave por 1.500 reais, é um absurdo, não caia nesse golpe. Alguém ofereceu, me procure, podem ir ao meu gabinete, eu atendo todo mundo que vai lá, mesmo que não marque. Chegou lá, eu vou atender na hora, a não ser que eu não esteja lá, mas em breve estarei, ou estou na Prefeitura ou no João ou em outro lugar.

O Pop Rua, que foi citado, acho que o João vai falar sobre ele.

Com relação aos idosos, nós temos outros espaços, e um deles é o Palacete dos Artistas, que também atende só idosos, é um critério.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEX PEIXE CAMPOS - É que o nome é simpático, o prédio é bonito.

Sobre Carapicuíba, das regiões de Carapicuíba. Todas as regiões metropolitanas, no passado, a Cohab tinha interesse em comprar porque havia outra proposta da companhia.

Como a população de São Paulo cresceu muito, a Cohab deixou de focar para ter lucro, mas focar em atender as pessoas. Então o foco da Cohab é atender a cidade de São Paulo. Como esses imóveis todos da região metropolitana davam prejuízo e despesa para a Cohab, o nosso Prefeito autorizou - eu e o João – a cedermos esses imóveis, doar esses Imóveis abatendo dívida de IPTU e tudo mais, foi feita uma composição. E nós estamos doando esses imóveis para a região metropolitana onde eles vão ser destinados exclusivamente para habitação. Agora teve uma reintegração, e muitas vezes a gente tem que fazer reintegração, pessoal, por determinação do Ministério Público, ele acompanha passo a passo tudo que nós fazemos. Há situações em que tentamos fazer amigavelmente tudo que nós podemos, encontrar uma saída. Vocês acham que eu e o Secretário vamos dormir em paz sabendo que um monte de gente vai ser retirado de um determinado local? Ninguém quer isso, mas temos de seguir a lei. Qualquer um de vocês que esteja em nossa cadeira tem de seguir a lei. Por mais que eu queira dar um apartamento pra todo mundo, tenho de seguir a lei, não tem jeito.

Quanto ao Jardim Celeste, tem a parte da regularização e nós estamos fazendo. Acho que o João vai falar sobre regularização fundiária, mas tudo que depende da Cohab, todo pessoal é cobrado diariamente para entregarmos à população, principalmente às demandas que nos chegam. Nós estamos empenhados em fazer o máximo possível. Agora, a Cidade, é como eu falei, ela foi invadida por migrantes e imigrantes a procura de emprego e de renda e acabou crescendo desproporcional. Trabalhamos diariamente para tentar regularizar o máximo possível, mas dentro da lei.

A Favela do Violão é um desafio muito grande. Está lá há 40 anos e se não fosse a PPP ficaria mais 40 anos, se não fosse a coragem do Prefeito Bruno Covas de deixar eu e o João tocar a PPP. A PPP foi licitada, está na rua, não tem mentira alguma, não existe isso, quem falar disso é um absurdo, quem fala é porque desconhece, não leu e quer causar. Então quer tiver dúvida vai na Cohab que nós explicamos, com o maior carinho, o que é a PPP, como vai ser a demanda. A demanda vai sim priorizar a região, o pessoal da Favela do Violão vai sim ser contemplado, vamos acabar com o terreno, vamos desapropriar o terreno do terminal de

cargas. Eu fui lá com o Prefeito pessoalmente, nós dois fomos e andamos lá dentro, mostrei a ele todos os detalhes de como vai ser, há dois meses nós fomos lá. Então nós vamos tirar do papel sim, vai sair de lá o terminal de cargas, vai acabar o tráfico de drogas, vai acabar principalmente à prostituição infantil porque, lamentavelmente, tem pais que levam a criança para lá para se prostituir, é um absurdo. E se não fosse a Gestão do Bruno Covas isso iria se perpetuar. Então a nossa gestão é realmente diferenciada.

Com relação à questão política, a partido, isso ou aquilo, o Prefeito Bruno Covas faz sempre questão de frisar: o bom programa que foi da gestão passada, ninguém vai acabar, se é bom nós vamos continuar. Não tem o porquê, não existe isso, PT, PSDB, que partido seja, o que importa são vocês, é a população, mais ninguém, nós estamos lá para cuidar da população.

Com relação à PPP, ela falou que não foi contemplada, mas ela está se referindo à PPP do Estado, provavelmente à PPP do Centro. A PPP da Cohab, a primeira do Brasil que é municipal, nós ainda vamos fazer os processos de seleção, ainda não está no momento porque há prazos. Então em alguns terrenos nós, inclusive, já estamos fazendo sondagem, descontaminação, mas existem prazos e vai chegar o momento de fazer a seleção. Espero que quem tenha condições que seja selecionado, desejo sorte pra todo mundo, mas lembrem-se, atualizem o cadastro na Cohab.

Acho que era isso, Presidente. Se alguém tiver mais alguma dúvida, estou à disposição lá na Cohab.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Presidente. Alguns assuntos a senhora pode tratar com ele no fim da reunião.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEX PEIXE CAMPOS - Vai ser atendida, vai ser atendida. Faixa 1 está contemplada, 60% da PPP é para a faixa 1; e 55 e pouquinho é faixa 1. Então, para HIS, 60%; faixa 1, 55%.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEX PEIXE CAMPOS – Sim, mas está contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Presidente. Passo a palavra ao Secretário João Farias para suas considerações finais.

O SR. JOÃO FARIAS - Vamos lá, gente. São muitas perguntas, Presidente, então eu vou tentar responder todas; e peço desculpas, se ficar faltando alguma a gente pode conversar depois.

A gente precisa ser exato nos números que se passam. Eu entendo as pessoas que vêm até o microfone; talvez porque não tenham informações atualizadas acabam passando números equivocados. Eu não dizendo que alguém está agindo de má fé. É que apresentou números equivocados talvez por falta de conhecimento mais profundo, porque quando acessou, o site podia estar completamente desatualizado.

Do ponto de vista da execução orçamentária da Secretaria Municipal de Habitação, deste ano, nós já executamos 210 milhões do Fundo Municipal de Saneamento, do qual a Habitação tem uma parte desse fundo destinada para investimentos em obras, por exemplo, de recuperação de mananciais, de construção de unidades habitacionais; mais 97 milhões do Fundurb, que faz parte... uma parte dos 30% que são obrigatoriamente... seriam obrigatoriamente utilizados para aquisição de terreno e que hoje não mais, agora a gente vai poder usar também para construção de unidade habitacional, porém a lei só foi mudada no mês passado, então os 97 milhões que nós já usamos, ou ele foi para adquirir área ou ele já fazia parte daquele recurso que depois de dois anos poderia ser usado livremente para outras intervenções. E já gastamos 193 milhões do orçamento Fonte 00, que é orçamento do Tesouro, que é aquele que paga principalmente o custeio da Secretaria de Habitação, em especial o auxílio aluguel, que só ele consome quase 140 milhões de reais por ano da Secretaria Municipal de Habitação.

Então é equivocado dizer que está sobrando recurso na Secretaria de Habitação, assim como é equivocado dizer que nós não estamos usando os recursos de urbanização de favelas e de construção de unidades habitacionais, porque estão trabalhando com um número

que não deveria ser trabalhado. Qual é? O número da Fonte 00, em que pese ela ter rubrica para construção de unidade habitacional e ter rubrica para urbanização de favela, são rubricas que a gente pode considerar como simbólicas no orçamento, que existem na eventualidade de, por exemplo, você receber recursos do Governo Federal, você não precisar fazer remanejamento, porque você já tem a rubrica para fazer a complementação daquele recurso, porque o grande instrumento financeiro de investimento da Secretaria Municipal de Habitação são os recursos do Fundurb e do FMSAI, nunca foi do custeio, nunca foi nem no governo do Bruno, muito menos dos prefeitos que nos antecederam.

Aí corrigir outra informação equivocada dada aqui pelo André. Não é verdade que o orçamento da Habitação é metade do que foi o orçamento do Haddad. É o contrário. O orçamento da Habitação, por exemplo, de 2020, é o maior orçamento da história da Secretaria de Habitação nos últimos 15 anos. Por quê? Porque você tem que somar não só os recursos da Fonte 00; você tem que somar os recursos do Fundurb e do FMSAI, que foi o que o André somou para dizer que do Haddad era maior, que do Bruno era só a metade. O problema é que no do Bruno ele se resumiu aos recursos da Fonte 00. Aí ele tem razão. Se ele pegar os recursos do Governo Haddad incluindo Fonte 00, Fundurb, FMSAI e comprar só com a Fonte 00 do Bruno, vai dar metade. Como eu acho que o André não é mal intencionado, que eu conheço bem o André, ele simplesmente passou uma informação equivocada e nós estamos esclarecendo, porque contra números não tem argumento.

E aí, Vereador, aqui a gente precisa fazer uma ressalva. Vocês estão se apegando demais na questão dos 16 milhões quando fala em desocupação. Tem que ler inteiro para as pessoas. Não são 16 milhões para fazer reintegração de posse e desocupar prédio; são 16 milhões para possíveis desocupações em prédios que eventualmente seja necessário fazer a reintegração, como, por exemplo, se ele estiver em situação de risco, e entroncamentos em vias arteriais e marginais, que essa, sim, é a nossa grande preocupação. Eu preciso, na eventualidade de detectar famílias que estão embaixo de viadutos, que estão colocando em riscos a sua própria vida por conta da situação precária de ligação de luz, de ligação de água,

que provoca gasto e que pode trazer uma tragédia ou um incêndio, como alguns que nós já assistimos neste ano, que não mexem só com as famílias que estão debaixo da ponte, mas com todas as famílias que necessitam do sistema viário da Cidade, eu não posso fechar os olhos para isso só com a desculpa de que eu ainda não tenho uma unidade habitacional para pôr essa pessoa.

Qual é o plano do Prefeito? Identificar as que estão em situação mais grave, fazer a remoção e colocar essas famílias no auxílio-aluguel. E aí a gente não pode ser imprudente em dizer que tem 16 milhões para entroncamento e não tem nada para locação social. Outra história que não pode parar em pé. Os líderes do movimento de moradia, os vereadores sabem que o Prefeito Bruno Covas vai anunciar o maior programa habitacional da história de São Paulo, no que diz respeito a investimento. Isso é a pura verdade. São mais de um bilhão de reais que vão ser utilizados para construir unidade habitacional em 2020, seja para atender a demanda de entidade, demanda aberta da Cohab, como demanda fechada das operações urbanas. Mas do ponto de vista de recurso é o maior investimento na história da habitação de São Paulo nos últimos 40 anos.

E é positivo e a gente tem que saber reconhecer que claro que não vai resolver o problema da habitação de São Paulo, que ele vai muito além dessa capacidade de investimento, que é um problema estrutural, é um problema cultural que se deu ao longo da ocupação dessa terra que virou um país. Mas a gente não pode, sob pena de ser injusto, deixar de reconhecer que o governo do Prefeito Bruno Covas na área da habitação está fazendo todos os esforços possíveis, dentro do que ele pode fazer, para dar alguma resposta à ineficiência do Governo Federal, que acabou com o Minha Casa Minha Vida Faixa 1.

Os líderes dos movimentos de moradia que estão aqui e usaram o microfone sabem quais são as regras para participar do programa habitacional que vai ser lançado no mês que vem, porque eles estão participando da discussão e da escolha dos critérios. Já sabem que é primordial e fato inegociável para o Prefeito Bruno Covas que o critério principal é o mesmo do Minha Casa Minha Vida Faixa 1. O fato de você ter o nome sujo ou de você não

conseguir comprovar renda não será impeditivo para você ter acesso a uma unidade habitacional. A gente tem que dizer que isso é positivo.

Agora, nós não viemos para substituir o Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, até porque a Prefeitura de São Paulo não tem capacidade para isso. Porém, repito, ainda assim o Prefeito Bruno Covas vai ser o prefeito que mais investiu dinheiro na habitação, em toda a história da cidade de São Paulo, em comparação a todos os prefeitos que passaram. E a gente tem que reconhecer que isso é positivo, porque ele poderia não investir, ele poderia dizer que isso é um problema do Governo Federal, que os movimentos têm que se mobilizar contra o Presidente Bolsonaro, que tem que voltar o Minha Casa Minha Vida Faixa 1. Seria um discurso mais cômodo. Não, a gente foi atrás de solução, assim como fomos nós que achamos a solução para dar isenção do ITBI e do IPTU para entidades de habitação, num movimento conjunto entre as entidades, a Câmara Municipal e a Secretaria. Mas o Prefeito também podia dizer que a lei foi feita no passado, vamos manter a lei que estava no passado.

O auxílio aluguel consome dinheiro demais da Secretaria Municipal de Educação. Está na portaria que tinha que ser feita a atualização cadastral todo ano. Nunca foi feito. Isso significou que está desatualizada, que tem gente recebendo auxílio aluguel que está morando na Bahia, que está morando no Pernambuco, que está morando no Rio de Janeiro, que está morando em Santa Catarina. É justo com as famílias que precisam do auxílio aluguel? A gente continua pagando essas pessoas que sequer vivem na cidade de São Paulo? Não é por isso que nós estamos fazendo atualização cadastral até o dia 7 de dezembro, e quem não comparecer vai ter o seu pagamento bloqueado. E nós estamos fazendo isso porque a lei manda fazer assim, e mais do que a lei, porque é assim que se faz gestão eficiente, para garantir que recurso público seja utilizado de forma correta.

Em relação à questão da organização fundiária, para fazer uma correção. Nós já entregamos e beneficiamos, Deputado, 58 mil famílias. A nossa meta é chegar até o final do ano com 160 mil. É uma meta ousada? Ela é! É possível que a gente atinja? Nós vamos trabalhar para atingir. Mas mesmo que a gente não atinja, ainda assim vai ser um governo que

mais regularizou na história da cidade de São Paulo, porque é prioridade da Secretaria da Habitação a regularização fundiária.

Então nós estamos trabalhando. Eu recebo as entidades, as lideranças do Movimento de Moradia, constantemente, para um diálogo franco. Quero dizer para os moradores dessa área em Guaianases, que eu, em especial, nunca recebi nenhum recado que vocês queriam falar comigo, sinceramente, nunca fui procurado. Porque se tem uma área que o proprietário quer negociar, quem ocupou quer comprar, é tudo que a gente quer, porque a gente evita todos os dias na Secretaria qualquer tipo de reintegração de posse, porque a gente sabe quanto pesa uma reintegração de posse, para o Governo e para as famílias que são reintegradas.

Por isso que eu digo lá, a gente só vai fazer reintegração quando não tiver outra solução. O que não tem solução, solucionado está. Por isso que não vai colar no Governo do Bruno essa história de se apegar à questão dos 16 milhões dos prédios e dos entroncamentos, até porque dos 17 prédios, teve oito que foram desocupados. Oito, que eram fora da região central e tem mais sete que está no nosso radar, porque estamos pensando seriamente em usar esses prédios para locação social e atender o Pop Rua. Porque o rapaz do Pop Rua deu uma informação aqui importante, que tinha uma promessa do Governo Federal de mandar 50 milhões e não 65, 50 milhões para São Paulo para o Programa do Feliz, que é o mesmo programa que atende o Asdrúbal, nas mesmas características e o Governo Federal cancelou o repasse. Existia uma expectativa da população de rua que, com esse recurso, nós íamos ter mais Feliz e íamos ter mais prédios como o Asdrúbal. Vai ter porque o Prefeito Bruno vai fazer com o dinheiro que nós vamos utilizar para esse novo programa de Habitação e aí vou precisar de prédios no Centro, de prédio público. Porque não tem sentido eu ter prédio público para fazer isso, e ter que comprar um novo porque o prédio público está ocupado. Não dá para fazer um debate desse jeito. Então vai ter. Quero que vocês saibam que no novo programa habitacional que o Prefeito vai lançar, no mês que vem agora, terá recursos muito próximos dos recursos que viriam de Brasília para a gente fazer locação social e ampliar esse projeto que o

Bruno entende que é um projeto importante.

Fizeram muitas perguntas. A Vereadora Soninha falou do Residencial Espanha, infelizmente, isso é uma realidade. Eu briguei muito, não consegui ter êxito, que é mudar a regra do Minha Casa Minha Vida para as famílias que foram removidas de áreas, que sofreram intervenção urbana. A pessoa sai, involuntariamente, da sua casa com a promessa de que vai receber um apartamento. Demora nove anos a obra. A renda dela melhorou um pouco, aí quando sai o apartamento, que ela vai entregar os seus documentos, a renda dela passou de 3.600, e ela perdeu a casa porque saiu do critério do Minha Casa Minha. Isso é uma vergonha. Quem montou o programa teria de ter pensado nisso e o engraçado é que às vezes eu fico ouvindo até gente que participou da montagem do programa querer culpar Prefeitura por isso, como se fossemos nós os culpados. A regra é do Governo Federal. Eu fui para Brasília, fiz ofício, conversei com o Celso Matsuda, conversei com o Presidente da Caixa, junto com o Prefeito, e nós ainda não tivemos êxito. Nós temos esse problema real. Tem família que deveria estar no Espanha e não está; tem família que deveria estar no Safira, na zona Leste, e não está; tem família que deveria ir para o Chafariz de Pedra – aí já respondo ao jovem, que falou da mãe dele. A mãe dele está entre os selecionados para ir para o Chafariz de Pedra, que devemos entregar em janeiro agora, porque ela foi alvo de uma remoção da Prefeitura numa área da zona Leste. Então o caso da mãe dele será resolvido, mas ela já saiu daqui.

Agora, essa é uma realidade que não é o Prefeito Bruno que muda, não sou eu quem muda, é o Governo Federal. Então enquanto o Governo Federal não mudar, eu não consigo atender porque quem aprova a família não é Cohab, não é o João Farias, não é a Secretaria da Habitação, não é o Bruno. É a Caixa Econômica que faz aprovação. A gente entrega a relação das famílias, o cadastramento, mais o dossiê é avaliado pela Caixa Econômica Federal. Então não tenho condições de responder por isso, ainda.

Em relação às questões das mulheres vítimas de violência. Vereador, não vou entrar no mérito desse debate. O que vou lhe dizer é que o programa novo do Prefeito Bruno vai garantir unidade habitacional para mulher vítima de violência que tenha processo já

impetrado pelo Ministério Público com medida protetiva. Vai ter prioridade absoluta no atendimento, vai ter um percentual exclusivo para esse tipo de atendimento, porque o auxílio aluguel como era no passado, que dizia que podia atender mulher vítima de violência servia só para estar no papel, porque colocava lá: “Desde que tenha dotação orçamentária”. Nunca tinha dotação orçamentária, porque o auxílio aluguel já explodia. Então não conseguia atender as mulheres. Nós vamos atender nesse programa habitacional. Hoje não tem mais mesmo, porque era um dos itens em que dizia que o auxílio aluguel poderia pagar vulnerabilidade social. Aí elencava uma série de pessoas que se enquadravam na vulnerabilidade social para poder reivindicar o auxílio aluguel, desde que tivesse dotação orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Entretanto tinham algumas que estavam atendidas....

O SR. JOÃO FARIAS – Tinham. Se não me engano eram cinco, não eram 20...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eram 15...

O SR. JOÃO FARIAS – Não, não eram 15. Vou mandar o número exato, porque se elas estavam sendo atendidas, continuam sendo. Porque quem estava sendo atendido não perdeu o benefício. Deixamos de dar, até porque já não se dava há mais de cinco anos, deixamos de dar o benefício porque se tirou da portaria esse item. Agora ninguém fala também que essa mesma portaria que tirou isso, incluiu garantia de atendimento habitacional para família removida de área de risco pública, consolidada há mais de 10 anos, com auxílio aluguel e atendimento habitacional definitivo; 500, só garantia, 12 meses, prorrogável por mais 12. E nós reconhecemos como área consolidada, mesmo sendo de risco e com obrigatoriedade de atendimento habitacional.

Então estamos trabalhando muito lá. A única coisa que eu peço, principalmente àqueles que estão envolvidos no movimento de moradia, àqueles que fazem a disputa política legítima, que faz parte do jogo da democracia, isso é muito bom, que a gente tenha divergência, que possamos ser adversários, mas que sejamos respeitosos e verdadeiros.

A verdade nesse processo é fundamental. O Prefeito Bruno não vai resolver o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17758 DATA: 22/11/2019 FL: 72 DE 72

problema da Habitação de São Paulo, mas vai ser lembrado como um dos Prefeitos que mais fez, assim como outros fizeram, mas ele também. Por isso não pode dizer que este Governo não tem propostas para Habitação. Porque quando fala isso, desrespeita a si próprio, porque quem fala isso está dialogando conosco constantemente, discutindo proposta. Ele tem sim. Vai apresentar em breve e vai ser a maior da história da cidade de São Paulo.

No mais, obrigado. Espero não ter me estendido muito. Agradeço o convite da Câmara Municipal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quero agradecer mais uma vez ao Secretário de Habitação João Farias; ao Presidente da Cohab, Sr. Alexsandro Peixe Campos; ao Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência, Sr. Cid Torquato; à toda a sociedade, em geral; a todos os Vereadores que passaram por aqui: Vereadores Alfredinho, Juliana Cardoso, Soninha Francine, Zé Turin e Atilio Francisco; ao Deputado Jorge do Carmo; ao Sr. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário do Orçamento, da Secretaria da Fazenda; e à todo o público pela presença.

Não havendo oradores inscritos, declaro realizada a presente audiência pública.

Boa noite a todos vocês.

Estão encerrados os nossos trabalhos.